



EDMUNDO MARTINHO, PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

A CNIS devia ter entrado de forma simbólica no capital do Montepio



Edmundo Martinho é o provedor da SCML desde outubro de 2017, tendo sido durante quase dois anos vice-provedor ao lado de Santana Lopes. Antes, de 2005 a 2011, presidiu ao Instituto da Segurança Social e, depois disso, integrou o Observatório da Segurança Social em Genebra. Com ele, os jogos sociais do Estado bateram recordes nos últimos dois anos. Em 2017 a faturação foi mais de três mil milhões de euros. Edmundo Martinho defende que as instituições sociais devem integrar um banco da economia social e está convencido de que a operação Montepio foi uma oportunidade perdida. Admitiu, em tese, um investimento no banco de 200 milhões de euros e acabou com a Santa Casa a ter uma participação simbólica de 75 mil euros. Nesta Grande Entrevista Edmundo Martinho esclarece as relações com a CNIS e admite que está tudo em aberto, designadamente a possibilidade da Confederação vir a integrar a sociedade do jogo Placard. A SCML está a comemorar 520 anos de existência. Foi a primeira Misericórdia, fundada a 15 de agosto de 1498, ano em que Vasco da Gama chegou à Índia. No século XVIII a Mesa da Santa Casa da Misericórdia e Hospitais Reais de Enfermos requereu à rainha D. Maria I a criação da Lotaria Nacional como forma de financiamento. Quase dois séculos depois, em 1961, nasceu o Totobola.

ESTUDO

CNIS revela diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS



AVEIRO
Centro Paroquial de S. Bernardo anseia pelo licenciamento das instalações



LISBOA
Associação Portuguesa de Psicogerontologia aposta na mudança de mentalidades



SEVER DO VOUGA
Uma Mão Amiga andou a reconstruir habitações muito degradadas

José Leirião
Membro da CNIS



EMPRESAS DE BASE SOCIAL E SOLIDÁRIA

Parlamento Europeu recomenda à Comissão que defina um Estatuto europeu

Os membros do Parlamento Europeu Heinz K Becker (austríaco) e Jiri Mastalka (Rep Checa) foram relatores do parecer A8-0231/2018, de 27 de Junho, que tem por objectivo instar a Comissão Europeia a definir e publicar como Directiva (obrigatória a sua adoção pelos Estados Membros), de um Estatuto Europeu para o enquadramento legal das ‘empresas de base social e solidária’.

Os relatores começam por referir que os termos ‘empresa social’ e ‘empresa de base social e solidária’ são muitas vezes usados como sinónimos, no entanto, as empresas que simbolizam não são invariavelmente o mesmo e podem diferir significativamente de um Estado Membro para outro, já que o conceito de ‘empresa social’ se relaciona essencialmente com as organizações de economia social, tais como: cooperativas, mutualidades, associações, fundações, instituições paritárias de protecção social, etc., enquanto os limites do conceito de ‘empresa social’ tem dado origem a importantes discussões entre cientistas sociais e advogados, parece imperativo avançar rapidamente em direcção ao reconhecimento do conceito de ‘empresa de base social e solidária’, através do estabelecimento de uma definição básica legal que poderia contribuir de forma sólida e decisiva, para os esforços feitos pela União Europeia e Estados Membros para desenvolver ‘empresas de base social e solidária’ para que possam tirar proveito de todo o potencial do mercado interno europeu, acesso aos fundos europeus, tendo em conta o seu peso na economia europeia que se demonstra por: 2.8 milhões de empresas e

organizações de economia social; empregam 13.6 milhões de pessoas e representam 8% do PIB da União Europeia; a evidência de que este sector tem provado particular resiliência à crise económica e financeira e tendo também elevado potencial para a inovação social e tecnológica, criação de postos de trabalho decentes, inclusivos e sustentáveis, impulsionando o crescimento económico, protecção ambiental e o reforço da coesão económica, social e regional e também, por que estas empresas e organizações sociais destacam-se pelas novas formas de responder aos problemas sociais num mundo em mudança acelerada, também considerando que continuam a ser geradoras de crescimento e emprego devem, por isso, ser encorajadas e suportadas.

Já que a adopção de diferentes enquadramentos legais de ‘empresas de base social e solidária’ em vários Estados Membros confirma o desenvolvimento de uma nova forma de empreendedorismo baseado nos princípios da solidariedade e responsabilização e que se focam principalmente na criação de valor social acrescentado, parcerias locais e a promoção de uma economia mais sustentável.

Já que na sua resolução de 10 de Setembro de 2015 o Parlamento observou que ‘empresas de base social e solidária’, as quais necessariamente não tem de ser ‘organizações não lucrativas’, são empresas cujo objectivo é atingir a sua meta social, a qual pode ser: criação de emprego para grupos vulneráveis, fornecer serviços aos seus membros ou criar um impacto social e ambiental

positivo e que reinveste os seus excedentes financeiros primeiramente em ordem a atingir aqueles objectivos, o Parlamento também salienta que as ‘empresas de economia de base social e solidária’ são caracterizadas pelo seu compromisso em manter e cumprir os seguintes valores:

- primado dos objectivos individual e social prevalecem sobre os do capital
- governação democrática pelos seus membros
- conjugação dos interesses dos membros e utilizadores com o interesse geral
- salvaguarda e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade
- reinvestimento dos fundos excedentes no desenvolvimento de objectivos de longo prazo ou na provisão de serviços de interesse dos membros ou de interesse geral
- filiação voluntária e aberta a todos
- gestão autónoma e independente das autoridades públicas

Os relatores fundamentam o interesse europeu generalizado e apresentam vários argumentos para que a Comissão, o mais breve possível, consiga fazer aprovar pelo Conselho de Ministros este estatuto e também que a Comissão e os Estados Membros assegurem que as ‘empresas de base social e solidária’ adoptem a ‘European Social Economy Label’.

Quando este tema for introduzido em Portugal, as nossas IPSS serão abrangidas? Aguardemos pelos próximos desenvolvimentos.

PROCOOP

Formalização de candidaturas com prazos definidos

A CNIS relembra as suas associadas que se encontra a decorrer a formalização dos pedidos para celebração de novos/revisão de acordos de cooperação para as respostas não elegíveis na 1ª fase de candidaturas de 2018 ao PROCOOP, devendo a mesma ocorrer nos seguintes termos:

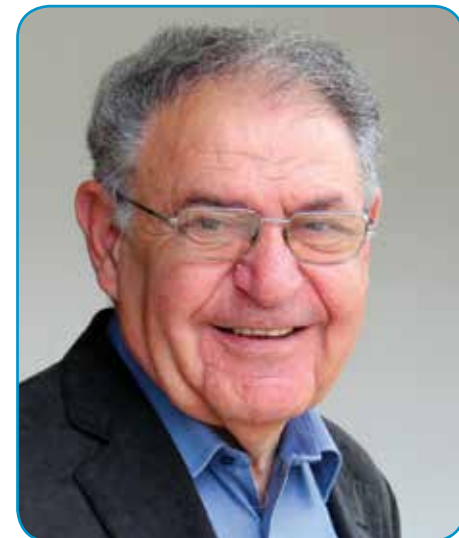
- Relativamente às respostas sociais elegíveis financiadas pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), para os lugares financiados, deverá ser seguido o procedimento instituído até à data, ou seja, os pedidos deverão ser formalizados junto dos Centros

Distritais do ISS, atendendo a que são do conhecimento dos serviços da Segurança Social os lugares financiados e não financiados pelo PARES;

- Quanto às outras respostas sociais não elegíveis no âmbito do 1º aviso de abertura de candidaturas de 2018 ao PROCOOP e que não apresentam um carácter inovador, isto é, que constam das nomenclaturas em vigor, nomeadamente, Serviço de Apoio Domiciliário, Educação Pré-Escolar e Lar de Apoio, os pedidos devem ser formalizados através dos formulários disponíveis na Segurança Social Direta, até ao dia 12 de agosto de 2018;

- No que concerne às restantes respostas sociais não elegíveis no âmbito do 1º aviso de abertura de candidaturas de 2018 ao PROCOOP, mas que têm um carácter inovador, a demonstração de interesse deve ser formalizada através do preenchimento do formulário, disponível no separador «Apoios Sociais e Programas > Programas de apoio ao desenvolvimento social > PROCOOP», a remeter para o e-mail ISS-PROCOOP@seg-social.pt até ao dia 30 de novembro de 2018, no qual a entidade fará a apresentação do projeto em causa.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Pilar do Estado Social

1. A ação social e solidária direta é uma prática assegurada por uma rede de entidades e instituições de natureza particular, fora do perímetro do Estado ou de outras entidades públicas e concretizada pela entidade mais próxima, numa escala territorial, e pelos corpos intermédios, antes da esfera pública, no que respeita à natureza das organizações.

São associações, cooperativas, fundações ou mutualidades de solidariedade social, centros sociais paroquiais, institutos de organização religiosa ou misericórdias. São Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com respostas para acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo, de alojamento social de emergência, com cantinas sociais, casas abrigo, centros de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres), com creches, cuidados continuados integrados, jardins de infância, lares (de infância, juventude ou pessoas idosas), com serviços de apoio domiciliário e com outros serviços de proteção social e de apoio à comunidade...

É economia das pessoas e para as pessoas, com abordagem mais humanista, mais próxima e mais vantajosa para os cidadãos, sobretudo, para os que vivem situações de maior exposição à fragilidade social.

Com mais de 650 mil utentes diretos, com cerca de 200 mil trabalhadores e com mais de 20 mil dirigentes é quase um décimo da população portuguesa que diariamente está envolvida ou empenhada num dos pilares estruturantes do Estado Social. Mas muitos mais são os que indiretamente beneficiam da atividade do Sector Social Solidário!...

2. O Estado Social é, essencialmente, obra da democracia, que o criou e dele se alimenta. Todos, no Parlamento, nos governos e no exercício da cidadania, o ergueram e o favorecem. Ninguém quis perder uma oportunidade para aumentar prestações, subsídios, pensões e abonos e poucos se negam a dar o seu contributo para uma comunidade com melhor porvir.

Enquanto o Estado Social pretende garantir as liberdades individuais e, ao mesmo tempo, intervir para que o conjunto da população tenha acesso a uma série de serviços sociais, especialmente os relacionados com educação, habitação, proteção social e saúde, as instituições que integram o mesmo Estado devem organizar-se de modo a que haja coesão social e igualdade de oportunidades. Uma educação mais extensiva e mais inclusiva que não deixe ninguém para trás, mais proteção e segurança social e, enquanto possível mais e melhores serviços na saúde.

O orçamento do Estado para este ano incluía uma despesa global para a Educação de 6.173 milhões de euros enquanto a despesa total consolidada do Programa da Saúde prevista e inscrita no mesmo orçamento é de 10.289,5 milhões de euros. Evidentemente, despesas absolutamente justificadas na Educação e na Saúde e que qualquer orçamento anual terá de incluir. Com meios e demografia a escassear, o mérito, do próximo e dos futuros, será o de o engendrar formas de os poderem reforçar favoravelmente, para o que não poderá ser esquecido o envolvimento da população.

Entretanto, segundo o que vem sendo periodicamente referido e parece consolidado, o Estado está a transferir para as tais Instituições Particulares de Solidariedade Social (um dos tais pilares do Estado Social) cerca de 1.400 milhões de euros por ano. Ou seja, para o conjunto das cerca de 5 mil Instituições que beneficiam a população mais fragilizada através das várias dezenas de milhares de respostas sociais distribuídas pelo país é transferido quase cinco vezes menos do que aquilo que é destinado à educação e quase oito vezes menos do que aquilo que é destinado à saúde. Tendo presentes estes números nem se quer dizer que seja muito nem pouco, mas que é certamente insuficiente até porque 16% das IPSS estão com EBITDA negativo e porque o país não é um todo muito igual.

3. Um estudo desenvolvido sob a coordenação científica do Professor Américo Mendes,

já anteriormente aqui referido e feito a partir da análise exaustiva de todos os dados de 400 IPSS representativas de todos os concelhos do território nacional e de todos os grupos de IPSS (associações, centros sociais paroquiais, cooperativas, fundações, institutos de organização religiosa, misericórdias e mutualidades), mostra que a Segurança Social contribui com 40,8% para a estrutura de rendimentos das IPSS, através dos acordos de cooperação celebrados, as Autarquias contribuem com 0,69% e os Utentes com 30,61%. Tudo somado, Segurança Social, Autarquias e Utentes, dá exatamente 72,1%. O restante, 27,9%, corresponde, nomeadamente, ao envolvimento da comunidade, à filantropia e também ao dedicado empenhamento e à boa gestão dos dirigentes das Instituições...

Estes números ajudam a perceber que, contrariamente ao que por vezes é afirmado, não é nada significativa a transferência financeira do Estado para o Sector.

Mas, entre outros, sobressaem cinco ponderáveis indicações:

1. Não há incompatibilidade entre Estado Social e comparticipação segundo a condição de recursos;

2. Consolidando as opções que têm sido feitas, a cooperação tem contribuído decisivamente para a qualificação e a universalização dos serviços;

3. Comparticipando os utentes do Sector segundo a sua condição de recursos e, no seu conjunto, contribuindo com menos de um terço dos custos reais, o Sector mantém a fidelidade à sua matriz porque aqui é residual a percentagem dos utentes que concorrem para os custos reais da sua frequência e estão a ser preferenciados efetivamente os mais carenciados;

4. Podendo e devendo ser pontualmente aperfeiçoado na via da promoção das igualdades num país desigual, o atual modelo de cooperação tem favorecido a coesão social porque, comprometendo e envolvendo, nem exclui nem segrega e não favorece a subsidiodependência;

5. Para o futuro do Estado Social não são despidiendos nem o modelo nem a filosofia da cooperação.

DIAGNÓSTICO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO SERVIDA PELAS IPSS

Estudo da Universidade de Évora avalia o trabalho das associadas da CNIS

Com a finalidade de fazer um diagnóstico de saúde da população

servida pelas IPSS associadas da CNIS e de criar um conjunto de recomendações que permitam uma monitorização contínua das condições de saúde da população servida por essas mesmas instituições, a CNIS, em parceria com a Universidade de Évora, concluiu recentemente um estudo que dentro em breve será apresentado publicamente.

A equipa, liderada pela investigadora Felismina Mendes, contou ainda com a participação dos investigadores da academia eborense Manuel Agostinho Fernandes, Maria Gorete Reis, César Fonseca, Ermelinda Caldeira, Maria José Bule, Maria Gabriela Calado, Maria Dulce Magalhães, Dulce Cruz e Gertrudes Silva.

Para já, o SOLIDARIEDADE dá a conhecer uma síntese do estudo, que teve os seguintes objetivos gerais: realizar o diagnóstico de saúde da população utente dos serviços de IPSS associadas da CNIS; e criar um modelo promotor de uma cultura de qualidade ao nível da saúde e segurança nas IPSS associadas da CNIS.

Por outro lado, em termos de objetivos operacionais, os investigadores procuraram identificar:

- As variáveis preditivas (individuais, organizacionais, ambientais) dos fatores de risco para a saúde da população (pessoas idosas, crianças, jovens e adultos com deficiência);
- A prevalência de doenças crónicas como diabetes, HTA, depressão, AVC, doença de Alzheimer e doença de Parkinson, entre outras; caracterizar o modelo de prestação de cuidados de saúde de cada IPSS;
- Práticas promotoras de estilos de vida saudáveis e prevenção da doença;
- Práticas institucionais promotoras da



inclusão, cidadania, segurança e independência individual e coletivas.

Na síntese, já disponível na plataforma online Rotass (que pode aceder através do sítio da internet da CNIS), apresentam-se os principais resultados obtidos ao nível do Diagnóstico de Saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS.

Na mesma não se apresentam resultados das respostas sociais com um número de respostas igual ou inferior a três, no entanto, esses dados constam do Relatório Final, que a seu tempo será disponibilizado.

Para já, ficam alguns dados, que demonstram a amplitude do estudo realizado pela equipa de

Felismina Mendes.

Assim, obtiveram-se 823 respostas de diferentes IPSS, com o envolvimento de 536 responsáveis institucionais.

Verificou-se que 22,6% das respostas obtidas são provenientes da UDIPSS Setúbal, 13,7% da de Santarém e 11,8% da UDIPSS Coimbra.

Maioritariamente os responsáveis institucionais, que responderam aos diferentes questionários, têm formação na área social (65,5%), 10,8% na área da administração/gestão, 9% na área da psicologia e 8,2% na área da saúde.

Observou-se que 80,7% detêm o cargo de direção técnica e, destes, 79,9% têm o grau de licenciado, 2,8% o de mestre e 2,4% o de doutor.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS

IPSS podem candidatar-se ao Aviso 25 até ao dia 13 de outubro

É recorrente a queixa dos dirigentes das instituições de que, para proporcionar o melhor conforto aos seus utentes, os custos com energia são crescentes e pesam bastante das contas das instituições.

Nesse sentido, e estando abertas até 13 de outubro do corrente ano para o «Aviso 25 – Eficiência Energética nos Edifícios», recorda-se aqui esta possibilidade de financiamento para a implementação de medidas que promovam a eficiência energética.

Com o objetivo de otimizar as condições de uso e consumo de energia do edificado nacional, o Aviso 25 pretende contribuir para a

promoção do uso racional de energia, num setor que representa cerca de 30% do consumo total de energia em Portugal.

São beneficiários deste Aviso, os particulares (pessoas singulares proprietárias de edifícios de habitação existentes e ocupados unifamiliares ou de frações autónomas em edifícios multifamiliares) e as pessoas coletivas de direito privado (IPSS), proprietárias de edifícios de serviços existentes e ocupados, com exceção de todas as entidades com a CAE 01 a 33.

São elegíveis os investimentos que visem a implementação, em edifícios existentes e ocupados de serviços, de soluções que promovam a

melhoria do desempenho energético do edifício ou fração em causa, através de:

- Requalificação de sistemas de aquecimento de águas quentes sanitárias (AQS);
- Instalação de janelas eficientes;
- Requalificação do isolamento térmico segundo o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS), envolvente interior e exterior;
- Iluminação eficiente;
- Outras medidas de eficiência energética.

Assim, todas as IPSS associadas da CNIS podem candidatar-se até ao próximo dia 13 de outubro.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Projetos inovadores de base tecnológica para melhorar vida dos utentes

A Cáritas Diocesana de Coimbra e o Instituto de Sistemas e Robótica da Universidade de Coimbra celebraram um protocolo de colaboração, reforçando o caminho futuro desta parceria resultante do projeto de investigação GrowMeUp, que teve início em 2014.

O Instituto de Sistemas e Robótica - Universidade de Coimbra (ISR-UC) e a IPSS de Coimbra têm assumido uma aposta forte na procura de estratégias inovadoras e economicamente sustentáveis, que permitam uma intervenção útil na sociedade, promotora de melhores condições para os cidadãos, investindo em simultâneo na disseminação, promoção e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico.

Tendo como base estas premissas, a formalização desta parceria irá potenciar a participação conjunta em atividades de caráter técnico-científico e de investigação, em especial nas áreas de atuação da Cáritas de Coimbra, como seja o Envelhecimento Ativo e Saudável ou os Ambientes Amigáveis, Inclusivos e Inteligentes.

Por outro lado, em meados de julho, a Cáritas de Coimbra recebeu a etapa de avaliação final do Mind&Gait.

Este é um projeto liderado pela Escola Superior de Enfermagem (ESENFC), em parceria com a Cáritas Coimbra e mais cinco organizações, que visa a promoção da autonomia de idosos fragilizados, através da melhoria da cognição, capacidade de marcha e utilização de produtos de apoio.

O projeto-piloto Mind&Gait está a decorrer desde abril no Centro Nossa Senhora dos Milagres (Cernache) e no Centro Social S. Pedro (Ingote) e envolveu um grupo de utentes de Centro de Dia, na aplicação de um programa que combina atividades de estimulação cognitiva e de atividade física.

No processo de avaliação final, juntou-se na sede da Cáritas o grupo de pessoas mais velhas participantes em todo o programa do projeto. Realizaram



um conjunto de exercícios físicos, semelhantes aos iniciais, com o intuito de avaliar o progresso das suas capacidades, o que foi realizado por investigadores e colaboradores da Cáritas Coimbra, ESENFC e Instituto Politécnico de Santarém.

Durante o projeto, as sessões de estimulação cognitiva realizadas pretenderam prevenir a fragilidade cognitiva, a dependência, o isolamento e a solidão. Alguns exemplos das atividades realizadas são experimentações sensoriais com alimentos ou a discussão de assuntos do dia a dia através de jornais e revistas.

O programa de exercício físico foi implementado consoante as necessidades dos participantes e incluiu exercícios funcionais e de manutenção. Realizaram-se ainda sessões de terapia animal assistida, com o recurso a uma cadela devidamente treinada para o efeito.

Esta atividade desencadeou reações muito positivas ao nível emocional, social e do bem-estar, funcionando como o ponto de ligação entre a terapia, a estimulação física, emocional e cognitiva.

Os participantes sentem-se satisfeitos com todas as dinâmicas realizadas ao longo do piloto do projeto, reconhecendo os efeitos positivos das atividades no seu dia a dia, principalmente uma melhoria na autoestima e uma maior predisposição para realização de atividades sociais.

Agora, com os resultados obtidos será possível avaliar em que extensão e de que forma o projeto Mind&Gait favoreceu a melhoria das capacidades física e motora dos utentes e de que forma deve ser estendida a sua aplicação para o futuro.

O projeto Mind&Gait é cofinanciado pelo Portugal 2020, no âmbito do Sistema de Apoio à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

ALZHEIMER PORTUGAL

Nova campanha visa aumentar a compreensão sobre a demência

A Associação Alzheimer Portugal lançou no final do mês de julho, mais concretamente no dia 30 (Dia Internacional da Amizade), uma campanha pioneira em Portugal.

O grande propósito foi difundir uma mensagem positiva e inclusiva sobre a demência e que tem como objetivo aumentar a compreensão sobre a demência e convidar todos os cidadãos a comprometerem-se ativamente na melhoria do dia a dia das pessoas com demência.

Segundo José Carreira, presidente da Alzheimer Portugal, “é importante combater o desconhecimento e o estigma associados à demência, assim como aumentar o nível de

consciencialização sobre este tema”.

Com a iniciativa, a Alzheimer Portugal “quer ajudar os cidadãos a compreenderem como é que a demência afeta as pessoas e contribuir para alterar comportamentos que tornem a sociedade mais amiga das pessoas com demência”.

Para lançar a campanha, que visa mudar a forma como o nosso país pensa, age e fala sobre a demência, a Alzheimer Portugal esteve presente em várias praias e cidades portuguesas, 20 locais no total, em todos os distritos de Portugal Continental e Arquipélago da Madeira, onde voluntários da associação apresentaram a iniciativa e convidaram as pessoas a aderir.

As ações de lançamento da campanha foram realizadas na Praia da Rocha Baixinha (Albufeira), Praia de São Martinho do Porto (Alcobaça), Praça da Sé (Bragança), Praia do Tamariz (Cascais), Jardins do Complexo de Piscinas (Castelo Branco), Praia Fluvial de Palheiros e Zorro (Coimbra), Praia de Cepães (Esposende), Praça do Giraldo (Évora), Praia Formosa (Funchal), Praça Velha (Guarda), Praia da Barra (Ílhavo), Praia de Matosinhos (Matosinhos), Rossio (Portalegre), Praia da Rocha (Portimão), Largo Cândido dos Reis (Santarém), Praia da Figueirinha (Setúbal), Praia Norte (Viana do Castelo), Praia do Malhão (Vila Nova de Milfontes), Praça do Município (Vila Real) e Praça da República (Viseu).

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PSICOGERONTOLOGIA, LISBOA

Sociedade precisa aprender a lidar com as dinâmicas do envelhecimento

É uma população crescente no planeta, cada vez há velhos mais velhos e, segundo algumas projeções, já não falta muito tempo para que a esperança média de vida chegue aos 100 anos. Por isso, e porque é uma realidade com que as sociedades se estão a deparar agora, pois, pelas mais diferentes razões, cada vez vive-se mais, é necessário as comunidades adaptarem-se para que essas pessoas, cada vez com mais idade e em maior número, possam continuar a ter uma vida digna. Viver muito não é um problema, morrer precocemente é que o é.

É neste contexto que a Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP) se movimenta, “desenvolvendo um trabalho, essencialmente, de contributo para a mudança de mentalidades face às pessoas mais velhas e ao envelhecimento”, refere Maria João Quintela, presidente da instituição que não tem respostas sociais típicas, nem atípicas.

“Queremos ajudar e contribuir para ultrapassar estereótipos negativos face ao envelhecimento, à idade e às pessoas mais velhas, queremos contribuir para a dignificação do envelhecimento e dos mais velhos e, sobretudo, queremos influenciar a opinião pública, contribuir para a formação dos prestadores de cuidados e das pessoas comuns sobre a área do envelhecimento. Queremos divulgar muita informação atualizada sobre a área do envelhecimento, em especial ligadas à saúde mental e à gerontologia, mas também estabelecemos muitas parcerias com outras entidades, de universidades a IPSS, para o desenvolvimento de investigação e para o aprofundamento das múltiplas áreas que se relacionam com o envelhecimento humano”, explica.

Na prática congrega conhecimento, tenta disseminá-lo e, ao mesmo tempo, procura as boas práticas para as divulgar no sentido de serem replicadas por quem lida e cuida com os mais velhos.

“Tentamos encontrar um espaço para poder divulgar informação o mais possível, mas também contribuir para a formação de opinião. Para isso estamos em articulação com entidades nacionais e estrangeiras, nomeadamente, sociedades científicas, para ampliar este movimento de influência sobre a opinião pública”, afirma Maria João Quintela, acrescentando: “Pretendemos ter uma forte componente de mudança de mentalidades para que o envelhecimento e a longevidade sejam consideradas algo positivo e não negativo. Queremos contribuir para a imagem positiva das pessoas mais velhas e é nesse sentido que surgiu o prémio que instituímos. Queremos



ainda ajudar a construir novas formas de estar perante o envelhecimento”.

Esta uma área muito dinâmica e com que as sociedades estão ainda a dar os primeiros passos para que o envelhecimento seja uma realidade plena de dignidade e em que cada vez mais se identificam mais e novas necessidades.

“É uma área evolutiva, porque os velhos de hoje não têm as necessidades dos de ontem e têm outro tipo de aspirações, pelo que a ciência da gerontologia tem que acompanhar essa evolução, que tem que ver com as necessidades humanas. Nós queremos que os estereótipos negativos que ainda hoje são veículo para algumas formas de discriminação, de maus tratos, de falta de respeito e de falta de atenção específica e qualificada perante os mais velhos tendam a desaparecer e que

se construa uma sociedade melhor para todas as idades e ao longo da vida”, defende a presidente da APP, sublinhando: “Queremos também fomentar a ideia de que os velhos não podem e não devem ser objeto de discriminação e queremos uma sociedade para todas as idades e que todas as idades do envelhecimento sejam consideradas um ganho, uma conquista da civilização”.

De facto os velhos de ontem são os novos de hoje e isso faz com que o envelhecimento seja um enorme desafio do futuro próximo, especialmente, para as sociedades ocidentais e do Hemisfério Norte.

“A APP vê o aumento da longevidade como um ganho muito grande e uma conquista das novas tecnologias, de várias ciências, do urbanismo à medicina, e de muitas outras coisas. Hoje em dia, as sociedades mais envelhecidas

são, no fundo, aquelas em que as pessoas conseguem viver mais tempo”, congratula-se, mas chama atenção para uma questão muito pertinente: “Naturalmente, isso é um ganho, mas não nos podemos esquecer que há dois fatores essenciais para o envelhecimento populacional, que são o aumento da longevidade e, por outro lado, a baixa da natalidade. Por isso, é muito importante olhar, hoje, para as políticas de família e de natalidade, áreas que é necessário empreender. Onde não nascem crianças, os mais velhos têm como única culpa continuarem a estar vivos! Não podem ser culpados por estarem vivos muito tempo e nós queremos que as pessoas vivam muito tempo. A necessidade que há é a de encontrar formas de apoiar as famílias e a natalidade para que se renovem as gerações. Hoje, de facto, por variadíssimos motivos, entre os quais a dificuldade de as pessoas conciliarem as vidas profissionais, muito exigentes, com a vida familiar, por vezes os mais jovens nem têm condições para terem o primeiro filho”.

Perante a “enorme quebra da natalidade”, Maria João Quintela defende que “há que pensar nas outras gerações no sentido, por um lado, da prevenção das doenças e da promoção da saúde ao longo da vida para que essa longevidade aconteça em todas as idades, mesmo nas mais novas” e, “por outro lado, a sociedade, ao longo da vida, tem consumos exagerados de açúcar, de gorduras e outros, que depois vão determinar mortes precoces por doenças crónicas”.

Importante para Maria João Quintela é o conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial da Saúde que trouxe “uma forma muito diferente de ver a saúde”, ou seja, “não chega ser saudável e depois não participar na sociedade, viver isolado e não contar com a ajuda de ninguém, ter dificuldade de acesso aos serviços ou ter medo de sair à rua”.

“Este conceito de envelhecimento ativo veio dizer-nos que há três pilares muito

importantes: a participação, a segurança e um contexto de solidariedade entre gerações”, destaca Maria João Quintela, explicando: “Por um lado, não chega ter saúde e estar 11 horas em frente a um televisor, sentado num cadeirão, por muito bom que ele seja, é necessário conviver e que as pessoas sintam que as outras se interessam por elas, daí a importância da qualidade do relacionamento familiar”.

Tendo a CNIS até já instituído o selo das IPSS Amigas do Envelhecimento Ativo, percebe-se, até pela vasta rede de apoio a idosos que elas desenvolveram, que o papel das IPSS no apoio e na promoção do envelhecimento ativo é fundamental.

“As IPSS têm uma função insubstituível neste conceito de proximidade, de atuação em função do conhecimento das realidades e das necessidades das pessoas e das famílias a nível local, englobando todos os atores das comunidades. As IPSS têm uma ação humanizada, próxima e sem paralelo com quaisquer outras entidades, porque a resposta das IPSS é muito completa, pois vai do acordar ao deitar e muitas vezes desde a infância até ao final da vida”, sustenta, defendendo uma maior aposta no Serviço de Apoio Domiciliário: “A aposta no SAD é uma questão é fulcral, essencial e urgente. Penso mesmo que as IPSS já vão mais à frente, mas carecem de enquadramento e de apoios para desenvolverem o que já em muitos locais não seria possível se não fossem as instituições sociais, que é ir ao encontro das pessoas, sem as desenraizar do seu meio e prestar-lhes cuidados no domicílio. Esse será, provavelmente, o paradigma do futuro. Cada vez mais, as pessoas demonstram que querem permanecer o mais tempo possível nas suas casas. Isto já se faz em muitos locais, mas seria importante que o paradigma fosse de a atenção ser dada no domicílio e no meio habitual dos cidadãos, criando sinergias de boa vizinhança. É preciso envolver as comunidades no apoio aos mais velhos”.

Isto porque, frisa Maria João Quintela, “a

liberdade e a vontade das pessoas em continuar mais tempo no seu domicílio exige que as respostas do Estado não coloquem as instituições num beco sem saída”.

E para que isto seja possível há que formar cuidadores para essas pessoas idosas, muitas delas, por vezes, dependentes.

“É uma tarefa que exige cada vez mais que saibamos lidar com ela por três razões essenciais. A primeira, é porque todos nós somos cuidadores de nós próprios, portanto ao cuidarmos de outrem também devemos ter preocupações em cuidar de nós próprios para o fazermos da melhor forma. Uma das maneiras é perceber o que se passa e ter conhecimentos básicos para poder prestar cuidados com o mínimo desgaste e exaustão. Hoje os cuidados chamados de longa duração podem durar meses ou anos e isso exige que tenhamos cada vez mais conhecimentos”, afirma, prosseguindo: “Por outro lado, também porque nós não somos apenas recetores passivos de cuidados. O principal cuidador somos nós, somos nós e mesmo o que é cuidado tem uma palavra a dizer e tem que ser respeitado e objeto da maior abertura para poder expressar as suas inquietações e sintomas. A pessoa está no centro dos cuidados.

E por fim, a sociedade deve ter cada vez mais conhecimentos sobre a natureza humana e a evolução no envelhecimento para que isso não constitua e não se fale disso apenas como um problema”.

Nesse sentido, a APP em parceria com a sua congénere espanhola vai iniciar um curso online para cuidadores de pessoas idosas dependentes, que em Portugal vai para a terceira edição, no sentido facilitar formação e informação de maneira regulada aos cuidadores familiares para dar os cuidados necessários a pessoas idosas dependentes em a sua casa. No entanto, o curso, que este ano teve um novo recorde de inscrições, serve também para que os profissionais das IPSS possam renovar conhecimentos e adquirir outros, pois esta é uma área em constante evolução.

Um prémio para distinguir pessoas longevas mas ativas

Com o objetivo de reconhecer quem, apesar da muita idade, ainda é ativo e participativo na sociedade portuguesa, a APP instituiu o Prémio Dra. Maria Raquel Ribeiro, com o qual distingue séniores com 80 e mais anos que ainda constituem uma mais-valia para Portugal.

“A APP lançou em 2012 (Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações) o Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro, que pretende enaltecer a continuidade de participação social útil das pessoas longevas, nomeadamente, o prémio destina-se a pessoas com 80 e mais anos que ainda são ativas e participativas na sociedade portuguesa, independentemente do seu currículo e percurso de vida”, refere Maria João Quintela, revelando quem é a personalidade que dá nome ao prémio: “O nome do

prémio é o reconhecimento pelo muito trabalho que a Dra. Maria Raquel Ribeiro fez no âmbito do envelhecimento. Ela foi a primeira mulher presidente da primeira Comissão Nacional para a política da terceira idade. Por ser esta mulher pioneira e que se mantém ativa e participativa na sociedade, quisemos honrar esse pioneirismo com a instituição do prémio e, assim, enaltecer o papel ativo dessas pessoas”.

O prémio é simbolizado por um nascer do Sol, significando “um apelo a que consideremos sempre e em todas as idades a possibilidade de projetos de vida e a assunção de novas atividades e novas funções, mesmo sob o ponto de vista de transmissão de conhecimentos e de experiências” e “simboliza também a capacidade de interesse que as pessoas podem e devem ter em todas as fases da vida”.



CENTRO PAROQUIAL DE SÃO BERNARDO, AVEIRO

Falta de licenciamento impede requalificação do edificado

Arrancou no ano de 1971, com o apoio à infância, para já no final do milénio passado abrir as suas portas à terceira idade. Hoje é um eixo fundamental da comunidade de S. Bernardo, freguesia de Aveiro, mas o Centro Paroquial sente-se impedido de evoluir e melhorar as instalações e, conseqüentemente, os serviços, pela falta de licenciamento do edificado. Já soma 12 anos de burocracia, mas os dirigentes mostram-se esperançados que dentro em breve tudo estará resolvido.

Em 1971, consciente da necessidade que as famílias sentiam em encontrar um local onde os filhos pudessem estar enquanto os pais trabalhavam, o padre José Félix avançou, construídas as infraestruturas de apoio à paróquia, para a criação do Centro Paroquial de São Bernardo.

Aveiro a esta altura pouco ou nada tinha em termos de instituições sociais e aquela freguesia (que ainda não o era) tinha uma população essencialmente rural.

Em outubro de 1971, o Centro de Bem-Estar Infantil entra em funcionamento com 40 crianças.

E quando o padre Félix sentiu que os mais velhos também começavam a precisar de ajuda, o Centro Paroquial arrancou com o Centro de Apoio à Terceira Idade, com Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Estava-se em 1999 e a instituição acabava de construir um novo edifício.

“Havia uma prática que o padre José Félix tinha na sua conceção em relação à terceira idade e que é muito interessante. Para ele, a família tinha de cuidar dos seus e, sobretudo, na fase da velhice a família não devia ausentar-se desse acompanhamento”, começa por dizer o padre Luís Barbosa, presidente da instituição, prosseguindo: “Daí que, na instituição, tenham nascido e crescido todas as valências de apoio à família, como o Apoio Domiciliário e o Centro de Dia, respostas em que as famílias têm sempre um papel. O lar, quando aqui cheguei, ainda não existia. Foi depois que começou a ser pensado, já nos anos 1990, e abriu pela necessidade de apoiar pessoas cuja retaguarda familiar não era capaz ou já não existia. E é nessa fase que o Lar abre, estávamos em 2004”.

Isabel Mónica, diretora de serviços, acrescenta que houve grande hesitação na abertura da ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos).

“Apesar do edifício estar pronto em 1999, fomos protelando a abertura, precisamente por o lar ser pequeno, apenas 12 camas. Por isso, houve alguma indecisão quanto à abertura. Porém, as necessidades pesaram mais”, afirma.

A funcionar há 47 anos em parceria com o Estado, tendo estabelecido acordos de cooperação



com a Segurança Social para a totalidade das respostas sociais, a instituição aveirense depara-se com um obstáculo que muitas outras também enfrentam.

“Já pedimos alguns aumentos de capacidade, mas temos o problema do licenciamento”, refere Isabel Mónica, explicando: “A questão é que a obra funciona desde 1971, e com acordos de cooperação, mas a questão do licenciamento camarário nunca foi tratada. Andamos desde 2006 a tratar dos registos. Relativamente aos acordos estabelecidos até agora, está tudo bem, mas para novos acordos temos este entrave”.

O crescimento do Centro Paroquial de S. Bernardo deu-se, segundo o seu presidente, em resposta às necessidades da comunidade: “Esta freguesia é muito recente, tem cerca de 30 anos quando se desmembrou da cidade e aqui começou a ser também um dormitório de Aveiro. O crescimento da cidade com a abertura da Universidade de Aveiro e de muitos outros

serviços, levou a que esta zona de ruralidade começasse a receber muitas pessoas que trabalhavam em Aveiro. Então, a preocupação do padre José Félix era com a necessidade de criar respostas que apoiassem as famílias”.

Atualmente, a instituição, que não dista cinco quilómetros da sede de concelho, acolhe 75 crianças em creche, 108 em pré-escolar e 165 em Centro de Atividades de Tempos Livres (125 do 1º Ciclo e 40 do 2º Ciclo). Já na área dos idosos, a instituição, que tem um quadro de pessoal de 82 colaboradores, apoia 50 utentes em SAD, 20 no Centro de Dia e acolhe 16 em lar (12 apenas cobertos por acordo de cooperação).

“Aqui, até agora, não tem, de facto, faltado crianças”, diz a diretora de serviços, ao que o padre Luís acrescenta: “Mas não precisamos de ir muito longe, porque o concelho de Aveiro já tem zonas em que se nota a falta de crianças. Há freguesias aqui mais do interior onde essa situação já se verifica. Há uma comunidade que

acompanho como pároco em que o jardim de infância fechou por falta de crianças suficientes para que a estrutura fosse sustentável”.

A sustentabilidade das instituições é a grande preocupação de todos os dirigentes das IPSS e os do Centro Paroquial de S. Bernardo não é exceção. Ainda para mais, porque o lar, com apenas 16 camas, das quais somente 12 contratualizadas com a Segurança Social, oferece algumas dificuldades em termos de economia de escala. Mas não é a única valência que gera problemas.

“O lar era de 12 pessoas e, por isso, estivemos indecisos em abrir, mas também por condicionamentos de sustentabilidade. Tivemos que fazer alterações, mas toda a problemática de licenciamento do edifício está pendente. Atualmente, é uma valência com algumas dificuldades de sustentabilidade, apesar de sempre cheia”, sustenta Isabel Mónica, acrescentando: “Mas o Centro de Dia é a resposta social que nos levanta mais problemas nessa matéria. Os idosos que temos em Centro Dia têm alguma dependência... Na nossa zona, os idosos só vêm para o Centro de Dia quando já podem mais sozinhos e quando chegam já necessitam de muito apoio. E para isso precisamos de mais recursos humanos e o que eles pagam, somado à comparticipação da Segurança Social, não chega para manter a resposta sustentável. Enquanto estão cá, geralmente, necessitam de muitos cuidados. Este não é um Centro de Dia com pessoas autónomas que vêm cá para participar em atividades. Naturalmente, promovemos atividades com os idosos, que vão à praia e a outras iniciativas, mas na generalidade os utentes são muito dependentes”.

As dificuldades levantadas à instituição, apesar de servir “uma população muito diversa, com casos sociais muito complicados mas também pessoas com grande disponibilidade económica e financeira”, não colocam a situação em pontos de rutura.

“A gestão exige um equilíbrio e uma contenção muito grandes. Pela procura que a instituição tem, vemos um retrato transversal da caracterização das famílias pobres, de gente que nos chega com pedidos para os acolher. Nos quadros de capacitação vê-se bem quem pode e quem não pode pagar. Agora, manter uma casa destas exige um grande trabalho para que seja sustentável, particularmente no sector dos idosos. O que notamos é que eles têm reformas baixas, muito precárias, e que não são suficientes para as pessoas, principalmente pelos serviços que prestamos, porque ou são exíguos ou ficam aquém do que é necessário. No caso da infância, sente-se que alguns pagam, mas a precariedade das suas vidas é uma realidade, e hoje até conseguem satisfazer uma determinada mensalidade, mas passado algum tempo perdem essa capacidade, muitas vezes devido à instabilidade laboral que vivem”, sublinha o padre Luís.

“Até hoje temo-nos aguentado sem grandes problemas, mas notamos que o rendimento das famílias jovens é hoje inferior ao que era antes da crise”.

E o padre Luís faz questão de frisar que “a instituição ao ter estas respostas, em especial as da terceira idade, não visa o lucro, mas o que pretende é servir e apoiar as famílias”.

A grande dificuldade é “compaginar o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade da instituição com o serviço às famílias para que elas não



se sintam prejudicadas naquilo que achamos que é o mínimo” e isso “é uma batalha de todos os dias”.

Mesmo assim, os responsáveis pela instituição aveirense apostam na melhoria dos serviços e olham o futuro com ambição.

“O primeiro projeto que temos tem que ver com o licenciamento do edifício. Por outro lado, estamos num edifício que nasceu há quase 50 anos e que tem todas as exigências de manutenção e requalificação. Essa é uma preocupação grande e que não conseguimos fazer devidamente sem termos o licenciamento. Não considero que estejamos ilegais, porque há décadas que trabalhamos com a Segurança Social, mas penso que, neste momento, estaremos na curva que antecede a reta final para resolvermos em definitivo essa questão”, afirma o presidente.

Por outro lado, o padre Luís ressalva que,

numa casa com mais de 80 colaboradores, “é necessário ter sempre muita cautela para os receber bem e lhes dar boas condições de trabalho para que sejam um espelho para as famílias do que aqui se faz”, até porque “é muito importante sentir o retorno do que as famílias sentem de bom em relação ao trabalho que aqui se faz”.

Isabel Mónica revela que “está já em marcha a reorganização e requalificação do edifício”, que poderá levar “a um ligeiro alargamento da capacidade”, mas não é esse o principal objetivo: “O que queremos é dotar o edificado de forma a responder melhor às necessidades atuais, seja às dos utentes, seja às legais. No fundo, pretendemos otimizar o edifício, porque temos muitos espaços que podem ser melhorados e mais bem aproveitados”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PORTUGAL SOLIDÁRIO

É cada vez mais fácil ser voluntário



As organizações de voluntariado e as pessoas interessadas nessas ações já podem encontrar-se numa plataforma informática chamada “Portugal Voluntário”, que visa facilitar o processo e reforçar a área, anunciou o ministro do Trabalho.

“Aquilo que nós fizemos foi facilitar o voluntariado através de um encontro mais acessível de quem procura desenvolver estas ações, ou

seja, de quem tem disponibilidade e vontade e quer assumir esse compromisso de uma forma estável e relativamente prolongada, e as instituições que têm capacidade de acolhimento e interesse em ter voluntários”, explicou o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva.

Com a criação desta plataforma, está previsto, segundo o ministro, haver um “contributo

positivo” para o reforço desta área, que “tem uma tradição e inserção social muito profunda em Portugal”.

“Por vezes, as pessoas querem desenvolver alguma atividade, mas não sabem bem onde nem como, e esta plataforma vai ser um instrumento útil para quem já está organizado, e para quem se queira organizar, para desenvolver esse trabalho”, afirmou.

As instituições de voluntariado vão ter acesso a fundos públicos para ações de formação para enquadrar e organizar as pessoas interessadas nestas ações.

Por outro lado, passa a existir a possibilidade de as pessoas beneficiarem de um seguro, pago por fundos públicos.

“Vai haver um seguro que lhes garante a cobertura de riscos, quer para o voluntário quando está a desenvolver a sua ação, quer para ações que possam inadvertidamente provocar danos ou consequências noutros”, salientou o ministro Vieira da Silva.

Em quatro anos o montante global é de 3,5 milhões de euros, mas a quantidade disponível para cada pessoa será negociada com as entidades seguradoras.

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA O SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

IMOBILIZADO	SÓDOS	UTENTES	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA	PORTAL SOCIAL
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	INTERNAMENTO
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	BLOCO OPERATÓRIO

PROCESSO INTEGRADO UTENTE

ÁREA DA SAÚDE

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS (Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

FORMAÇÃO CERTIFICADA

APOSTA NO SETOR DA SAÚDE

MPDS
Medical pre-Diagnostic System

Solução única no mercado, que junta smartphones com lentes de magnificação e que vai poder ser utilizada por médicos e outros profissionais de saúde na deteção e tratamento precoce de doenças emergentes.

+ DE 3000 CLIENTES

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

EDMUNDO MARTINHO, PROVIDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

SCML quer ser um recurso adicional do universo da economia social

Está na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa há dois anos. É provedor desde outubro de 2017. Que balanço pode apresentar?

Tem superado as expectativas. Não tanto em relação à dimensão e âmbito que é o âmbito de trabalho da Santa Casa, que a gente já conhece e eu também já conhecia de alguma forma, mas sobretudo na capacidade interna relativamente aos recursos, humanos e materiais, que estão disponíveis. E, nesse sentido, tem havido uma superação das expectativas porque a Santa Casa tem condições para poder fazer muitas coisas interessantes no país em geral e em Lisboa em particular. E isso foi, não diria uma surpresa, mas pelo menos ficou muito além daquilo que eu podia esperar. Convivendo diariamente com esta instituição percebe-se melhor que há aqui uma capacidade instalada que pode e deve ser muito incrementada e potenciada naquilo que são as responsabilidades da Santa Casa.

Substituir uma pessoa como Santana Lopes, enquanto provedor, não deve ser simples. É claro que já estar a trabalhar com ele na Santa Casa deve ter facilitado a mudança...

Para todos nós foi um bocadinho inesperada esta situação da saída do dr. Santana Lopes. Inesperada, porque não estava prevista, foi uma decisão pessoal uma decisão pessoal, da sua vida e, de repente, foi preciso encontrar uma solução de continuidade ou de mudança. E a opção do governo foi de continuidade. Daí o convite que me fizeram. Eu já vinha acompanhando o trabalho de Santana Lopes desde 2016 e, portanto, tratou-se de assegurar aqui a continuidade do trabalho com as mudanças óbvias que resultam da mudança de personalidades, de estilos e do ponto de vista em alguns aspetos. A transição ocorreu de forma muito tranquila, a Santa Casa estava estabilizada, não havia nenhum processo de turbulência ou o que quer que fosse. Acontece que a Santa Casa beneficiou ao longo dos anos da presença de uma figura como Santana Lopes. Nunca tinha tido alguém tão ilustre, no sentido da notoriedade pública, do conhecimento público, independentemente das opiniões que se tenha disso. Deu à SCML uma visibilidade adicional que ela não tinha.

Se é que isso é possível... A projeção dos jogos sociais é tremenda.

É verdade, mas tem havido nos últimos anos a preocupação de alargar o âmbito. Este alargamento não significa alterar a esfera de influência ou as zonas territoriais de intervenção. Queremos acentuar, este ano e no ano que vem, a proximidade a outras instituições e às outras misericórdias, criando mecanismos de apoio. A Santa Casa tem uma situação ímpar porque tem este exclusivo dos jogos sociais há mais de 200 anos e, além disso, tem esta obrigação de gestão dos jogos sociais que resulta em benefício do país todo, não apenas da Santa Casa. A maior parte da receita dos jogos

sociais vai para os orçamentos dos diferentes ministérios. Isto para dizer que a preocupação que temos é - embora muito centrados em Lisboa, é aqui se concentra 97 ou 98% da nossa intervenção - ir criando progressivamente mecanismos de apoio a outras instituições, seja apoio direto seja apoio por via da replicação de algumas ideias, de alguma reflexão. Queremos intensificar a cooperação com outras entidades. Continuamos com o fundo Rainha D. Leonor que apoia financeiramente obras em misericórdias que se candidatam para isso e queremos, este ano, lançar um prémio/fundo vocacionado para instituições da área social, para apoio financeiro para projetos que sejam de relevo e inovadores ou que, pelo menos, tenham impacto nas respetivas comunidades. A perspetiva é irmo-nos afirmando como um recurso adicional deste universo todo da economia social.

...Ser cada vez mais a Santa Casa da Misericórdia de Portugal em vez de Lisboa?

Essa ideia não existe tal qual a está a referir, mas há quem defenda que devia haver uma outra forma de organização das misericórdias no país. As misericórdias vivem muito da sua autonomia, vivem muito da sua relação estreita com as comunidades mais pequenas. Nós temos muito mais misericórdias do que temos concelhos. A misericórdia está muito associada às dinâmicas locais.

Os jogos sociais da SCML têm batido recordes de faturação anual. Voltou a subir em 2017?

Subiu para um pouco mais de 3 mil milhões de euros. 2017 foi o ano em mais se faturou nos jogos sociais e temos tido uma prática, que queremos continuar a manter, que é de contenção na disponibilização de jogo. Nós, em particular, no que diz respeito, por exemplo, à lotaria instantânea não vendemos todo o jogo que nos é pedido. Temos tido uma prática de contenção que queremos manter. Queremos manter o consumo de jogo em limites que são razoáveis do ponto da segurança dos orçamentos das famílias e do ponto de vista daquilo que é a própria segurança pública. O valor médio de aposta tem vindo a descer, embora de uma forma muito ligeira, mas o fato de não subir já é um sinal positivo. Deve-se também a esta responsabilidade de gerir o jogo de modo a que seja rentável, porque é para isso que existem os jogos sociais do Estado, mas, em simultâneo, temos que ter esta preocupação com a forma como o jogo é gerido, para evitar problemas de jogo excessivo, para evitar problemas de impacto excessivo naquilo que é o orçamento das famílias. Mas é verdade que os últimos anos têm sido anos de crescimento permanente.

E tem havido aposta na diversificação com o placard e a ideia das apostas nas corridas de cavalos...

O Placard foi lançado no final de 2015 e tem

vindo a ser um produto muito bem sucedido um pouco à custa do totobola que tem vindo a perder espaço. Nós queremos ver se conseguimos revitalizar alguns destes jogos tradicionais, como é o caso do totobola, como é o caso da lotaria, mas é verdade que o placard trouxe uma dinâmica, no domínio das apostas desportivas, completamente diferente. As apostas hípcas são um caso distinto. Vai ser lançado, em princípio, no primeiro semestre do próximo ano. Mas as apostas hípcas aqui têm um objetivo muito declarado, e isso resulta da própria legislação, que é de 2015, que é darem um contributo financeiro, material e de ambiente, se assim se pode dizer, para o desenvolvimento em Portugal daquilo a que se chama a fileira do cavalo. Contribuir para o crescimento da capacidade de produção de cavalos, uma atividade com tradição em Portugal. E porque se entende que do ponto de vista do turismo, do ponto de vista da atividade económica, do ponto de vista até da atividade agrícola e da exploração de alguns espaços agrícolas pode ser um fator importante de desenvolvimento.

No caso do jogo placard, a SCML constituiu uma fórmula que envolveu a União das Misericórdias envolveu a Caritas, envolveu a ACAPO e a Fundação Montepio. Deixou de fora, por exemplo, a CNIS. Por alguma razão especial?

Por nenhuma razão em especial. A Santa Casa podia ter requerido, na altura em que saiu a legislação, de forma direta uma licença para exploração do jogo online, que é do que estamos a falar. Não o fez. Entretanto voltámos a discutir esta questão e eu, pessoalmente, defendia que devíamos estar presentes nem que fosse para marcar uma presença do setor. Ora, a legislação prevê que quem queira entrar tem que cumprir um conjunto de condições. Uma das condições chama-se sociedade por ações sendo necessário determinar quem é que podiam ser os outros acionistas. O caso da União das Misericórdias vem do facto de haver já uma relação prévia anterior, nomeadamente com o Fundo Rainha D. Leonor, onde estamos em conjunto, e daí o convite. A ACAPO, teve muito que ver com aquilo que se passa na realidade espanhola, com a ONCE, que tem experiência neste domínio. A Fundação Montepio foi convidada pela capacidade financeira de investimento e porque é uma entidade com alguma solidez. Quanto à Caritas, até se pensava que iria dizer que não, atendendo a que se trata de atividade de jogo. Penso que não cometo nenhuma inconfidência ao dizer que isto teve que ser aprovado na Conferência Episcopal. A questão da CNIS, confesso que não se colocou. Tendo em conta a dimensão da CNIS e o facto de ser uma estrutura que abrange tantas IPSS no país...punha-se a questão de saber como, a quem e a quantas entidades mais se alargavam os convites. Mas eu acho que este é aquele tipo de atividades que pode ganhar se a prazo vier a alargar-se. Ainda está a dar os primeiros passos, arrancou agora durante

o Mundial. Esta época não dá para perceber muito bem qual é o sentido de sucesso do projeto porque a oferta desportiva ainda é muito escassa, ainda não começaram as ligas e o futebol tem um peso muito grande nisto das apostas desportivas. Será mais ou menos a partir de meados de agosto que se vai perceber o músculo que isto vai conseguir obter. Mas eu penso que este caminho de cooperação se pode e deve alargar a outras áreas. Eu acho que a Santa Casa pode ter aqui um papel que é contribuir para a agregação... Eu dou um exemplo: a gestão de equipamentos sociais. As entidades do setor social deveriam caminhar para ter modelos muito sólidos, profissionalizados, de gestão de equipamentos sociais. Não quer dizer que a entidade não possa ser a detentora do equipamento, mas não tem que necessariamente o gerir. Podem entender, se calhar, que a gestão pode ser entregue a uma outra entidade sempre controlada por este setor da economia social, mas com uma lógica que deixa ser atomizada e passa a ser uma lógica vista no seu conjunto. Até porque a capacidade de negociação, a capacidade de aquisição e de responder se torna muito maior, isto é só um exemplo...até pode ser um absurdo o que eu estou a dizer. Há aqui muito espaço e a SCML pode e deve ter esse papel. As instituições deste setor social podem unir esforços de outra maneira, que não seja apenas quando há um congresso, não seja apenas quando é para reivindicar o aumento das participações, mas que haja algum trabalho de consolidação do que vamos fazendo.

Às vezes dá a ideia que a SCML está mais direcionada para as da sua família, digamos assim...

Não é verdade. Ainda recentemente, nesta questão da entrada no capital do Montepio... estava previsto a CNIS ter entrado e não entrou. Devia ter entrado, do meu ponto de vista, nem que fosse de forma simbólica, como todos entraram. Houve entidades que entraram com dois mil, três mil, quatro mil euros... não tem sequer expressão. São momentos destes, simbólicos, que também promovem a aproximação. A CNIS tem responsabilidades muito grandes porque representa um universo vastíssimo e importantíssimo de entidades. Cabe à CNIS e seus associados definir os seus objetivos, mas é possível, seguramente, encontrar formas adicionais de cooperação e eu gostava que isso acontecesse... Há uma tradição de relacionamento mais intenso com as outras misericórdias. Foi a primeira e é entendida como uma referência. Quando se fala da Misericórdia de Lisboa há quem pense até que nós mandamos nas outras misericórdias. Mas eu estou de acordo consigo que deveríamos acentuar este relacionamento e uma das coisas que queremos fazer, ainda este ano, é o lançamento de um fundo ou prémio vocacionado para apoiar instituições do setor social, independentemente da sua natureza, independentemente de serem IPSS, misericórdias... porque há aqui trabalho para fazer.

No fundo, a assunção dessa responsabilidade levou a que a SCML acudisse, por exemplo, à Raríssimas, imagino eu...

Por exemplo. Já havia uma relação anterior da misericórdia com a Raríssimas. Quando foi do início, da construção daquele equipamento que têm na Moita, a SCML já tinha na altura apoiado

financeiramente a Raríssimas por entender que era uma resposta social necessária, inexistente em Portugal. Isso continua de pé. Nas circunstâncias atuais não podíamos deixar de estar disponíveis para apoiar naquilo que pudéssemos.

Do ponto de vista da definição estratégica da SCML onde é que se encaixa o interesse pelo Montepio?

A Santa Casa tem uma tradição de investimentos financeiros e tem algumas disponibilidades financeiras que tem obrigação de gerir de forma adequada. É um dos artigos do nosso estatuto.

Isto significa que ao longo dos anos, a SCML foi fazendo investimentos de natureza financeira em várias instituições, ou outras, por exemplo nos CTT, onde a Santa Casa investiu e depois acabou por alienar essa participação com algumas mais valias. Foi fazendo isso ao longo do tempo. Numa altura em que se obrigou, por efeito da entidade reguladora, a que o Montepio Geral se separasse da associação mutualista e se transformasse numa sociedade anónima, o entendimento que houve foi que fazia sentido que a Santa Casa pudesse fazer parte dessa sociedade anónima. O capital ia ser aberto a instituições do setor social. E foi nesse sentido que se estudou a possibilidade da Santa Casa não apenas cumprir com este objetivo, enquanto investimento financeiro, mas, por outro lado, na linha da nossa responsabilidade no setor social, o entendimento que fazíamos e que fazemos, e eu pessoalmente continuo a fazer com muita convicção, é de que é importante que, no setor financeiro, possa continuar a existir uma instituição financeira que seja detida por entidades da economia social. Foi esse entendimento que presidiu à ideia de entrar no Montepio.

Passou a ideia de que a SCML estava a salvar o Montepio...

Pois... Todo este processo, em que talvez não nos tenhamos explicado bem, foi utilizado como arma de debate político, retirando-se do terreno onde devia estar, que era o escrutínio sobre a pertinência do investimento por parte da SCML. Os argumentos passaram a ser de natureza ideológica e nalguns casos de uma pobreza total.

E dos 10 por cento de investimento passou-se ao simbólico...

Os 10 por cento vêm do limite que estava fixado que nunca podia ser ultrapassado. A Santa Casa nunca podia ir além dos 10 por cento do capital do Montepio, que representava, grosso modo, 200 milhões de euros. Ora, nunca esteve na nossa mente investir 200 milhões de euros. Tudo dependia da apreciação e da avaliação que se fizesse. A seguir é a própria associação mutualista que autoriza a direção a alienar até dois por cento do capital, o que dá cerca de 40 milhões de euros, dependendo dos valores que se considerarem para a caixa económica, mas esses dois por cento é daí que vêm. É o limite que a Associação Mutualista tem que cumprir para alienar capital. Entretanto, em resultado de todo o debate político há uma aprovação de uma recomendação no parlamento, por unanimidade, no sentido de que o governo produza ou peça à Santa Casa para produzir, linhas gerais de orientação para os seus investimentos financeiros, ou seja, a definição de um quadro em que fique definido o tipo de ativos



pela sua natureza, como se devem distribuir para cada uma das classes... Isso pareceu-nos muito sensato. O governo produzirá ou pede à Santa Casa que apresente uma proposta, mas pode ser criado para futuro um ambiente para os investimentos com algum consenso, não ficando apenas ao critério de cada administração. Por isso não fazia sentido que a Santa Casa fizesse um investimento mais vultoso sem que esse quadro estivesse definido.



E passou-se então para o investimento simbólico da SCML no Montepio...

Muito simbólico... 75 mil euros.

Mas, em seu entender este é o primeiro passo para algo diferente...

Entraram mais de 70 instituições neste processo. Com a possibilidade de entrarem mais, o processo está aberto e a associação mutualista mantém em aberto a possibilidade de qualquer entidade

possa subscrever ações nas mesmas condições. A ideia é vir a criar um mecanismo de *governance* interno que permita a participação destas entidades. Não na gestão diária do banco mas no acompanhamento da gestão, resultados e definição de alguns aspetos estratégicos. O regulador e a própria associação mutualista reconhecem que a diversificação da base acionista da caixa económica é de grande utilidade porque introduz diversidade de pontos de vista, sempre útil numa organização e num banco da economia social. Não se sabe o que vai acontecer no futuro mas nós temos como certo que não faremos investimentos com algum significado enquanto não estiver definido o quadro estratégico global recomendado pelo Parlamento para a Santa Casa.

Para onde vai o dinheiro dos jogos sociais?

Tudo está perfeitamente definido. A gestão dos recursos financeiros da Santa Casa está muito disciplinada pela lei, há muitos anos. Há ajustamentos, como o deste ano, que significou o aumento da percentagem alocada às regiões autónomas, com óbvia redução de todos os outros beneficiários. Basicamente, da receita total dos jogos, cerca de 3 mil milhões de euros em 2017, à volta de 70 por cento são para prémios. São devolvidos aos apostadores. Há uma outra parte de remuneração aos nossos agentes, aos mediadores. Sobram cerca de 800 milhões. Para se ter uma ideia, nós somos o maior contribuinte de imposto de selo do país. Pagamos 4,5 por cento do volume total das apostas. Sensivelmente 120 milhões de imposto de selo por ano. E ainda pagamos o imposto de selo sobre os prémios acima de 5 mil euros. Do restante, dos tais 800 milhões de euros, cerca de 75 por cento é para o Estado, estando definido por lei qual a percentagem que cabe a cada um dos ministérios, sendo o da Saúde e o do Trabalho e Solidariedade os que levam maiores importâncias. Está tudo regulado, não é a Santa Casa que define isso.

O Orçamento da Santa Casa é de cerca de 200 milhões de euros anuais...

E mais as receitas que resultam, por exemplo, da gestão do património imobiliário e arrendamento.

Quais são os projetos especiais da Santa Casa?

Apresentamos recentemente o projeto "Lisboa-Cidade de Todas as Idades". Tem o compromisso conceptual da Misericórdia, construído com a Câmara, as freguesias e a rede social da cidade. Tem compromissos futuros significativos. Está prevista a construção pela CML de oito equipamentos que serão geridos pela Santa Casa. É um peso grande em termos de recursos humanos e funcionamentos gerais. Nós temos a obrigação de garantir a viabilidade do projeto a mais de cinco anos. A Santa Casa tem que gerir bem as suas disponibilidades e ter a capacidade de não degradar os seus ativos e a sua capacidade financeira porque os compromissos são os que temos hoje, mas também os que assumimos agora e vão ter repercussões no futuro. Os proveitos dos jogos não têm um crescimento exponencial. Na área da deficiência há um Prémio que queríamos instituir ainda este ano. O primeiro devia ser muito em volta das questões do trabalho na área da deficiência. Entendemos que é uma área insuficientemente coberta. Não apenas nos aspetos da proteção social mas também na organização das cidades, nos

aspetos que têm que ver com o respeito pela deficiência. Noutro projeto em que estamos a trabalhar tem que ver com a empregabilidade das pessoas com deficiência. Na área da infância destaco a participação da Santa Casa na Rede de Creches na cidade de Lisboa. Questão crítica e crucial. No pré-escolar a tendência é para que progressivamente se integre, na rede pública, obrigatória e gratuita. Nas creches já não é assim. Há um défice de lugares em creche na cidade e a nossa perspetiva é poder dar um contributo para aumentar a capacidade e a qualidade. As crianças de risco são outra das dimensões que nos envolve. São crianças que o Estado põe sob a tutela da Santa Casa. Aí não pode haver a mínima hesitação, nem falhas. A indicação que temos dado aos serviços é total prioridade à qualidade dos espaços de acolhimento, das equipas técnicas e introduzir a especialização nas respostas. Temos crianças com problemas sérios de saúde mental e deficiência que precisam de respostas específicas que os ajudem. Depois há ainda uma dimensão sobretudo na área da Saúde. Eu acho que a Santa Casa deve estar presente para colmatar lacunas em zonas insuficientemente cobertas... Há uma área clara para nós que é a questão da saúde oral. Sobretudo quando envolve crianças oriundas de famílias com uma capacidade de acesso mais reduzida. Queremos fazer um projeto aqui em Lisboa de saúde oral gratuita para todas as crianças até aos 18 anos.

E há ainda o apoio à cultura...

A Santa Casa dispõe de um património cultural, muito vasto e rico, em boa medida de raiz religiosa. Ao longo dos anos temos vindo a acentuar a disponibilidade à comunidade desse património, em particular em Lisboa. Reabilitamos edifícios, espaços, acrescentando capacidade cultural através de mostras de peças e organização de eventos. Essa é a dimensão da tradição. Depois há outra dimensão que tem que ver com as próprias obras da Misericórdia. Tornar ainda mais acessíveis, a todos os níveis, os nossos bens culturais a pessoas que têm mais dificuldade de acesso a esses bens, designadamente nos nossos museus, a nossa história e a história da cidade de Lisboa que contou connosco durante estes 520 anos. Temos um vastíssimo património bibliográfico e documental que é essencial para a compreensão de alguns momentos da vida de Lisboa. Temos obrigação de tornar isso tudo acessível. A própria política editorial. A Santa Casa deve colocar ao serviço de todos, as reflexões que fazemos sobre este setor social em que trabalha, juntamente com outras instituições.

Mas os patrocínios a festivais de música, a volta a Portugal em bicicleta, por exemplo, como é que se inserem aí?

São coisas diferentes. Do lado dos jogos sociais do Estado uma parte da receita da Santa Casa é canalizada para apoio a iniciativas de natureza desportiva que tenham que ver com os valores que se associam aos jogos sociais. A questão da Volta a Portugal, fomos patrocinadores, há muito tempo e agora retomamos. Sentimos que é temos que estar em eventos ou organizações que têm que ver com a promoção de certos valores de índole social. No desporto o nosso apoio tem que ver com a nossa natureza. Nos festivais procuramos associar a nossa presença a duas dimensões distintas: uma é a das acessibilidades a outra é o apoio aos novos talentos.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

“Há um tempo para tudo...” (Eclesiastes 3. 1-22)

Ora cá está uma mensagem bíblica capaz de inspirar **mudanças significativas** nos estilos de projetos de vida de pessoas, famílias e da própria comunidade nacional.

O tempo é um dom demasiado importante para se desperdiçar!

Todos sabemos, por experiência própria, que na mesma unidade de tempo, (1 minuto, por exemplo) se pode salvar ou perder uma vida, construir ou destruir uma amizade, desistir ou persistir!

O que está mesmo escrito na Bíblia? Aqui ficam apenas algumas passagens:

“ Há um tempo para plantar e um tempo para arrancar”.

“ Há um tempo para chorar e um tempo para rir”.

“ Há um tempo para procurar e um tempo para dar como perdido” .

“ Há um tempo para ficar calado e um tempo para falar”.

Enquanto país, enquanto cidadãos comprometidos com os destinos de Portugal, se nos fosse perguntado qual seria o tempo que escolheríamos para melhor caracterizar as circunstâncias com que o país está confrontado, que resposta daríamos?

Perante tantos atropelos ao bem comum e ao exercício da “autoridade” por parte do Estado, poderemos **continuar a ficar calados?**

As Instituições Particulares de Solidariedade Social prestarão um bom serviço ao País se, para além da gestão dos milhares de equipamentos

sociais que garantem às populações mais desprotegidas um elementar acesso aos seus direitos sociais e de cidadania, assumirem também a responsabilidade de **não ficarem caladas** em face da persistência de gritantes injustiças e desigualdades sociais e da incapacidade do Estado em assegurar aos cidadãos serviços públicos de qualidade.

A **degradação dos transportes públicos**, mormente, dos comboios que transportam diariamente milhares de cidadãos e a **inexistência de uma política de habitação** que, por um lado, compromete o acesso a direitos essenciais por parte de imensa gente, de modo especial, de casais jovens que desejam constituir família, e, por outro, ameaçam expulsar de suas casas milhares de pessoas pobres, sobretudo idosos...poderão servir de rastilho a um **movimento de contestação** à manifesta e continuada falta de investimento em áreas de indiscutível interesse público.

Se o Governo persistir em deixar-se enredar na defesa de direitos corporativos de algumas classes mais reivindicativas em **desfavor do interesse comum**, poderá agradar a clientelas políticas (dando votos em eleições), mas incorrerá no risco de **perder o apoio popular**.

Sabemos que o Primeiro Ministro é um político hábil, com uma forte consciência social e que, por isso, saberá, em tempo útil, prevenir contestações populares às políticas do Governo. Para bem de todos, será bom que os governantes entendam que **é tempo de mudar!**



Ser solidário é valorizar a importância do **“anúncio”** e compromisso, da responsabilidade profética da nossa missão solidária, mas também sinalizar o dever ético da **“denúncia”** sempre que nos cruzarmos com incumprimentos graves e continuados de garantias contempladas na Constituição da República!

Permito-me concluir esta mensagem com um poema de Fernando Pessoa:

*“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,
que já têm a forma do nosso corpo...
e esquecer os nossos caminhos
que nos levam sempre aos mesmos lugares.
É tempo de travessia...
E se não ousarmos fazê-la,
teremos ficado para sempre
à margem de nós mesmos. “*

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

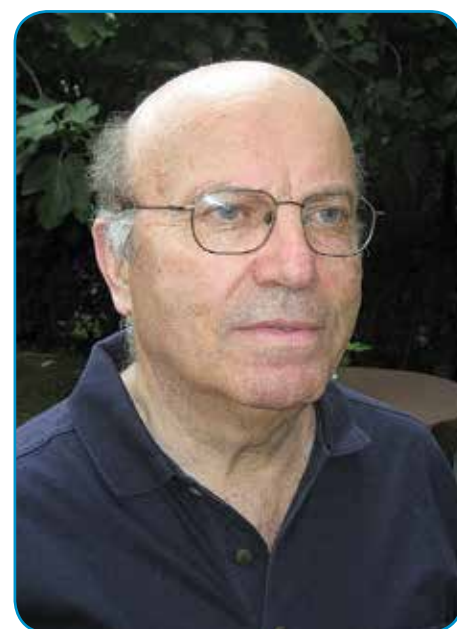
Democracia: das escolhas ao arrependimento

Aquilo que caracteriza imediatamente um regime democrático é a possibilidade de os cidadãos escolherem os seus representantes nos órgãos do poder, o que normalmente acontece através de eleições e, em certos casos específicos, através de referendos. Não obstante as dúvidas que se levantam muitas vezes quanto à observância de todas as normas que as devem regular, as eleições são sempre uma das expressões identificativas de uma verdadeira democracia, isto apesar de serem frequentes os casos em que os cidadãos põem em causa o resultado dessas consultas populares. Acontece ainda que estes não correspondem muitas vezes às suas expectativas, e a esperança dá então lugar à frustração e ao arrependimento. O problema é que, nessas circunstâncias, tais resultados só podem ser corrigidos numa nova consulta, e até lá é preciso aguentar as consequências da primeira.

O exemplo mais notório e actual deste cenário vem dos Estados Unidos. Com interferências ou não do governo russo, Donald Trump venceu as últimas eleições presidenciais, e não se pode

dizer que os norte-americanos ignorassem quem estavam a mandar para a Casa Branca com o seu voto. Trump pode ser acusado, e justificadamente, de muitos defeitos pessoais e até de grandes limitações políticas, mas não se pode dizer que tenha enganado os seus eleitores. É certo que muitos deles estarão hoje arrependidos, mas pouco ou nada nada poderão fazer, além de esperar pela próxima consulta eleitoral.

No Reino Unido, passou-se algo de semelhante com um referendo cujo resultado passou à História com o nome de “Brexit”. Hoje, muitos meses já volvidos sobre a consulta popular que levou o Reino Unido à decisão de abandonar a União Europeia, esta decisão permanece ainda como o mais importante dos problemas que agitam a vida partidária inglesa. A impressão que fica é pois a de que aquela consulta foi marcada, como acontece na maioria dos referendos, num clima que tinha muito mais de emocional do que racional. Apesar do seu nível cultural e da sua longa experiência democrática, os



eleitores britânicos parece não terem avaliado suficientemente tudo o que estava em jogo no seu voto. O facto é que já está em clara progressão, no Reino Unido, um movimento social e político que pretende a realização de um segundo referendo sobre a mesma matéria que foi objecto do primeiro.

Talvez esta nova consulta não chegue a ter lugar, mas nesse caso não chegaremos a saber se na democracia britânica há espaço para o arrependimento. Pelo menos em termos imediatos...

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

Descentralização (ou antes pelo contrário)?

1 - Creio que as pessoas do meu tempo, que andaram no liceu – como então se chamavam esses recomendáveis estabelecimentos do ensino secundário –, na década de 60 do século passado, ainda se lembrarão de um texto de Gonçalves Crespo, poeta parnasiano luso-brasileiro do século XIX, publicado nas *selectas* que então se usavam, sobre o mito da hospitalidade, a partir da história de Filemón e Báucis.

O texto reportava esse mito da Antiguidade Clássica, cujos traços essenciais se descrevem assim: Júpiter, o Pai dos deuses, e seu filho, Hermes, desceram, lá do Olimpo onde habitavam, a esta nossa Terra, deuses disfarçados de humanos, para se certificarem de como os contemporâneos cumpriam esse dever de acolher os estranhos, os de fora.

(A ciência dos deuses do Panteão era escassa, caindo da experimentação e verificação concreta.

Não eram omniscientes.)

Os deuses não gostaram do que viram, com os egoísmos e a desconfiança relativamente aos outros a constituírem o padrão do comportamento dos homens, tão longe do valor da hospitalidade, que constituía um dever dentre os fundamentos dessa civilização antiga em que se alicerça a nossa.

Só um casal de pobres, Filemón e Báucis, os acolheu e recebeu em sua casa, repartindo com os disfarçados deuses, cuja verdadeira natureza ignoravam, o caldo e o pão da ceia e cedendo-lhes o leito para a pernoita.

Leonardo Boff, teólogo brasileiro ligado à Teologia da Libertação, e num registo de associação desse mito fundador dos valores da nossa civilização à actual crise de refugiados, resume assim essa edificante história que nos veio da Antiguidade anterior a Cristo: “Mas à noitinha passaram por uma choupana onde morava um casal de velhos, Báucis e Filemón. Qual não foi a surpresa, quando Filemón saiu à porta e sorridente foi logo dizendo: Forasteiros, vocês devem estar exaustos e com fome. Entrem, nós podemos colaborar. A casa é pobre mas aberta para acolhê-los. Báucis ofereceu-lhes logo um assento enquanto Filemón acendeu o fogo. Báucis esquentou água e começou a lavar os pés dos andarrilhos. Com os legumes e um pouco de toucinho fizeram uma sopa suculenta. Por fim, ofereceram a própria cama para que os forasteiros pudessem descansar. Nisso sobreveio grande tempestade. As águas subiram rapidamente e ameaçavam a região. Quando Báucis e Filemón mesmo diante das limitações da idade quiseram socorrer os vizinhos, ocorreu grande transformação: a tempestade parou e de repente a pequena choupana foi transformada num luzidio templo dourado.”

Desvendada a essência divina dos forasteiros, e oferecendo estes ao acolhedor casal a satisfação de um desejo que formulassem, pediram Filemón e Báucis que lhes fosse concedido o privilégio de morrerem ao mesmo tempo.

Júpiter concedeu-lhes esse dom, transformando, muitos anos depois, e simultaneamente, Filemón num carvalho e Báucis numa tília, cujos

ramos se interpenetravam, preservando a unidade desse casal virtuoso, mesmo depois da morte.

2 – A hospitalidade pode assumir, no entanto, uma face negra.

(Não se chama, nessa hipótese, hospitalidade, tratando-se apenas de uma aparência, ou um simulacro, dela.)

É o que poderemos filiar na fábula da aranha e da mosca e do convite formulado pela primeira à segunda: “entra na minha casa!” – e que é uma armadilha.)

Aqui é a sedução com que o convite é feito que convence – mas que conduz a pobre mosca a um triste fim; primeiro, aprisionada na teia; e, depois, esmagada e sugada pela aranha, do alto da sua posição dominante.

Ao longo dos anos, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm sido convidadas pelo Estado, designadamente pelo Instituto da Segurança Social, a entrar na sua casa, a comunicar dos seus objectivos, a prosseguir, em colaboração recíproca, os seus desígnios.

Desde os idos de 2007, por exemplo – era José Sócrates o Primeiro-Ministro –, foram convidadas a participar na execução dos programas de inserção associados à medida do Rendimento Mínimo Garantido, celebrando desde então com o Instituto da Segurança Social os protocolos que têm sustentado essa colaboração.

Mais tarde, durante a gerência de Pedro Passos Coelho, foi a vez de instalar a RLIS – Rede Local de Inserção Social – em numerosos concelhos do nosso País, recorrendo o mesmo Instituto à rede de Instituições existente para a boa implantação dessa medida.

Como se vê, esses convites não dependem da natureza das soluções governativas, nem das respectivas opções em matéria de políticas públicas na área da protecção social.

Quer o PSD, quer o PS, sós, ou acolitados em sucessivas fórmulas de Governo, nos têm convidado para sua casa.

Para nos acolher: ou para nos asfixiar?

3 – A lei aprovada pela Assembleia da República na última sessão legislativa do ano parlamentar, relativa à descentralização de competências da Administração Central do Estado para o nível das autarquias locais inscreve-se no contexto de um tema recorrente no nosso Sector Solidário.

Há mais de 20 anos, era ainda Cavaco Silva Primeiro-Ministro, que este tópico da descentralização de competências para as autarquias locais constitui motivo de debate e inquietação no seio das Instituições de Solidariedade.

Tratava-se de um tema habitualmente levado aos programas de governo; mas que, por fas ou por nefas, nunca alcançava a luz do dia, terminando cada legislatura acomodado no fundo imenso das promessas não cumpridas.

A presença simultânea de António Costa como Secretário-Geral do PS e Rui Rio como Presidente



do PSD, ambos vacinados contra o centralismo pela experiência comum como autarcas – um, presidente da Câmara de Lisboa, outro, da do Porto –, acabou por propiciar o desenterramento desse velho dossiê, objecto de um acordo escrito entre PS e PSD, e que culminou com a aprovação da lei no Parlamento e com a respectiva promulgação pelo Presidente da República, antes de partir para férias.

Não foi uma promulgação sem avisos e prevenções.

O Presidente da República considerou que a Lei ainda se encontrava muito imprecisa quanto às concretas formas e modalidades em que a dita descentralização poderá vir a realizar-se, deixando para a posterior densificação legislativa parcelar uma posição de eventual veto ou remessa para o Tribunal Constitucional, para apreciação da respectiva constitucionalidade.

Mas, pelo que li, fiquei com a impressão de que as dúvidas do Presidente incidem mais sobre a questão de saber se a dotação financeira prevista para acompanhar a transferência de competências e a correspondente reforma da Lei das Finanças Locais permitirão às autarquias assumir folgadoamente tais novas competências.

Ora, a questão não é só essa.

Com efeito, mesmo para os que entendem recusar o imperativo constitucional da regionalização, como é o caso de Marcelo Rebelo de Sousa, a desconcentração, ou a descentralização, ou a delegação de competências, do nível central para o local, configuram ainda manifestação dessa pulsão de deslocação do exercício do poder para uma escala de proximidade que constitui também um dos fundamentos da regionalização.

Mas essa escala de proximidade é ainda mais sensível nas Instituições de Solidariedade do que nas autarquias, sendo certo que as competências conectadas com a RLIS e com a execução do RSI, que as Instituições hoje desenvolvem, se encontram elencadas no naipe das programadas transferências.

De modo que importa, a quem vier a preparar e apreciar os diplomas sectoriais que vão executar o modelo de descentralização, estar alertado para que esse intuito de transferência das funções do Estado para a escala de proximidade não venha a traduzir-se no sentido oposto: centralizando na área pública, conquanto local, o que já vem sendo desenvolvido a essa escala, mas ainda mais próxima, em subsidiariedade, pelas Instituições de Solidariedade.

À atenção do Senhor Presidente da República.

HABITAÇÃO SOLIDÁRIA É UM PROJETO DA FUNDAÇÃO MÃO AMIGA

42 jovens voluntários recuperaram oito habitações em Sever do Vouga

Habitação Solidária é um projeto que promoveu a recuperação de oito casas de famílias carenciadas, levada a efeito por 42 jovens universitários voluntários, no prazo de 11 dias, em Sever do Vouga. A missão foi totalmente cumprida e, assim, com a ajuda de uma (Fundação) Mão Amiga oito famílias passam a ter uma habitação com (mais) dignidade, afinal um direito de todos os cidadãos.

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, determina a Constituição da República Portuguesa, no nº 1 do seu artigo 65º, dedicado à habitação e urbanismo.

Ora, como toda a gente sabe, nem sempre é assim. E, apesar da mesma Carta Magna plasmar uma série de obrigações para o Estado no sentido de que aquele nº 1 do artigo 65º se cumpra, são evidentes em todas as regiões do país situações não conformes ao que refere a lei.

Ora, quando o Estado não consegue fazer, mas a necessidade das pessoas exige uma intervenção, a sociedade civil portuguesa tem, ao longo da história, sabido dar resposta, valendo aos desvalidos e fazendo aquilo que, muitas vezes, compete ao Estado.

Bem, mas contextualizemos a situação.

Sever do Vouga, vila do distrito de Aveiro, tem, segundo o Censos 2011, menos de 12.500 habitantes e é conhecida como a «Capital do Mirtilo». Faz fronteira com o distrito de Viseu, através do concelho de Oliveira de Frades, e é um dos territórios mais interiores do distrito de Aveiro. Banhada pelo rio Vouga, a vila é um aglomerado urbano pitoresco, mas que na ruralidade envolvente esconde algumas bolsas de pobreza.

Fundação de Edite Costa Matos, Mão Amiga, criada, em Sever do Vouga, em 2009, com o propósito de “estar mais próximo da comunidade, alargar intervenções, aumentar a rede de voluntariado” e “aproximar a comunidade à realidade de todos os dias”, com o fito no “empreendedorismo”, em “fomentar a solidariedade”, em “criar redes formais e informais”, em “conhecer as reais necessidades e lacunas que vão existindo na comunidade”.

É neste âmbito que nasce o projeto Habitação Solidária, um dos vários da Fundação Mão Amiga, que este verão levou 42 universitários voluntários até Sever do Vouga para recuperarem oito habitações de pessoas com evidentes carências.

“Habitação Solidária é projeto de desenvolvimento comunitário, que, aliando a mudança gerada na reabilitação habitacional, procura promover todo o tipo de competências nos indivíduos/agregados familiares beneficiários dessa intervenção, contando, para isso, com a envolvimento e parceria da comunidade, nomeadamente IPSS, associações locais, juntas de Freguesia, empresas



e particulares”, pode ler-se no site da Mão Amiga, onde é ainda acrescentado: “Esta reabilitação tem por objetivo reconstruir, adaptar ou fazer melhoria de espaço(s), trabalhando, simultaneamente com os agregados familiares beneficiários”.

Ou seja, não há uma intervenção meramente física no edificado, o projeto envolve igualmente o agregado familiar e algum acompanhamento social.

Assim, de 18 a 29 de julho, 42 universitários voluntários, sob orientação de mestres de obra experimentados, recuperaram oito habitações, três na localidade de Silva Escura, outras três em Rocas do Vouga e uma ainda na vila de Sever do Vouga.

Madalena Machado, 73 anos de idade, enviuvou aos 40 e criou quatro filhos no lugar de Irijó. Com um filho emigrado em França, outro a viver no Porto e mais dois nas proximidades, Madalena Machado ansiava há muito por ter “uma casinha em condições” e, por isso, considerava a iniciativa da Mão Amiga como “uma ideia muito boa”.

“Isto estava uma miséria, mas eu não tenho

possibilidades de arranjar”, lamenta.

Enquanto conversa com o SOLIDARIEDADE, duas voluntárias pintam as paredes e muros exteriores, ao passo que os outros três rapazes, juntamente com o mestre de obras, tratam de colocar um chão novo na habitação. O antigo estava de tal forma degradado e a madeira apodrecida, que a única solução foi deitar tudo abaixo e reconstruir de novo.

José Maria Magalhães, licenciado em Desporto, pelo ISMAI (Maia), e mestrando em Gestão Desportiva, na mesma instituição de ensino, é o responsável pela obra na casa de Madalena Machado.

Aos 25 anos, o ainda estudante é repetente na iniciativa.

“O que me move é ajudar as pessoas, como também já ajudei alguns sem-abrigo, apesar de nunca ter sido muito dado ao voluntariado”, refere, acrescentando: “Sempre gostei de construir coisas com as mãos e, agora, numa dimensão maior de um prazer”.

José Maria sublinha que “é uma experiência



gira”, ainda para mais “a obra está a andar bem”, afirma satisfeito.

Aos potenciais candidatos a fazer voluntariado nesta área, o mestrando do Porto deixa uma mensagem: “Experimentem, porque depois de fazerem algo como isto darão mais valor a pequenas coisas”.

A cerca de três, quatro quilómetros, em Silva Escura, um outro grupo de voluntários dá alguma dignidade à habitação de Isabel Marques, de 56 anos.

Apesar da exígua casa ir ficar “ainda mais pequena”, a boa-nova é que, finalmente, Isabel e o marido vão ter uma casa de banho no interior da habitação. Já não será mais preciso ir ao anexo que o filho lhes construiu no seu terreno para os pais se servirem.

“Claro que agora está mais agradável, pois isto estava tudo deteriorado. Já tinha pedido à Câmara ajuda para reparar o telhado, mas mandaram-me pedir um empréstimo”, lamenta, dizendo de sorriso aberto na cara: “Estou satisfeítíssima e já chorei muitas vezes de alegria”.

Sobre a rapaziada que lhe compôs a casa, “são cinco estrelas e muito trabalhadores”, deixando ainda um recado: “Aqui na aldeia temos muita juventude, mas não querem fazer nada!”.

Beatriz Magalhães, de 23 anos, é estudante de nutrição na Universidade do Porto e estas experiências não lhe são desconhecidas.

“Eu sou católica e há muito que participo em campos de férias como animadora”, começa por dizer, explicando como foi parar a Sever do Vouga em pleno julho para trabalhar na construção civil: “Com um grupo de amigos já pertencia à Just a Change e comecei a ver o impacto que as ações tinham em Lisboa e no Porto, as realidades que conhecia. Portanto, vir para aqui foi muito natural”.

Para Beatriz, “não é por menos 15 dias de praia que se perde o verão e, depois, é para um bem melhor”, rematando: “Não penso que fosse melhor estar na praia!”.

Àqueles que nunca experimentaram o voluntariado

social, a estudante de Nutrição diz que “ver a reação dos beneficiários é a melhor recompensa”, revelando algo que demonstra a cumplicidade que se estabelece entre voluntários e beneficiários: “Conseguimos trabalhar mais cinco horas num dia porque a dona Isabel encheu-nos o coração e motivou-nos muito com a sua alegria de ver como estava a ficar a sua casa”.

Por outro lado, a futura nutricionista confessa que “é uma experiência um bocado dura, mas com a ajuda do mestre de obras e a vontade de aprender” dos voluntários, é fácil sentir-se “confortável com o trabalho”.

“Recebemos muito mais do que damos e quando acaba queremos mais”, afirma Beatriz Magalhães, deixando um apelo: “Temos que aproveitar a idade que temos para enchermos o coração”.

O mestre de obras encarregue da casa de Isabel Marques foi José Coutinho, de 50 anos, natural de Sever do Vouga.

Quando os visitámos era um profissional satisfeito, até porque os prazos estavam todos cumpridos e a obra ia ficar pronta na data determinada.

“A grande satisfação de participar neste projeto é ajudar as pessoas mais carenciadas para que tenham melhores condições”, realça, dizendo-se desde já “disponível para novos desafios do género”.

Sobre os voluntários, um elogio: “É malta muito empenhada e, embora não tenham muito conhecimento, são interessados e querem aprender”.

Em 11 dias, com o trabalho dos voluntários, «angariados» pela Associação Just a Change e a Universidade de Aveiro, e o apoio logístico da Câmara Municipal de Sever do Vouga, oito pessoas/agregados familiares passaram a ter melhores condições de habitabilidade, o que, certamente, é razão para encararem o futuro com um sorriso mais pronunciado no rosto.

E, para tal, bastou uma... Mão Amiga.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



SINAL MAIS



GERTAL ITAU



SOGENAVE



STRONG
ALARMIBÉRICA
S.O.V.
INFRASECUR
CHARON
TAMPER



UPK
CLIMAMOR



B2B



CERGER



FEB CAFÉS
CATEFRU
SOCIGESTE



IBERLIM
NOVA SERVIÇOS



PAPIRO



VIVAMAIS



SERDIAL



BIOSOG



TICKET SERVIÇOS
FLEXBEN



A TEMPORÁRIA
A TEMPORÁRIA
OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CHARON
Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

S.O.V.
Alvarás: 14 A | 14 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS



TRIVALOR

PATRIMÓNIO DOS POBRES, ÍLHAVO

Solidariedade na praia da Costa Nova ajuda Lar do Divino Salvador com 392 euros

Pelo terceiro ano consecutivo, a Miss Activo Cup, em parceria com o ActivoBank, promoveu a Onda Solidária, que nesta 14ª edição do Campeonato mais perfumado do Verão português rendeu ao Lar do Divino Salvador, IPSS de Ílhavo, o valor de 392 euros.

Por cada onda surfada no bodyboard e no surf e por cada manobra pontuada na competição internacional de slackline, a Miss Activo Cup e o ActivoBank atribuíram um euro, pelo que, no final dos cinco dias de evento e de competições, que decorreu na praia da Costa Nova, em Ílhavo, entre os dias 28 de julho e 1 de agosto, a resposta social direcionada para apoiar jovens mães e mulheres vítimas de violência doméstica da IPSS de Ílhavo, Património dos Pobres, recebeu um total de 392 euros.

“Isto é uma pequena ajuda, mas para nós significa muito, até porque este é um período em que as IPSS atravessam grandes dificuldades económicas”, disse Dina Ferreira, diretora-técnica do Lar do Divino Salvador, no momento de receber o cheque, acrescentando:



“É muito importante este tipo de ações, pois é de alguma forma o reconhecimento do nosso trabalho”.

Por seu turno, Elsa Borda d'Água, do ActivoBank, lamentou este ano ter somado um

valor ligeiramente abaixo dos anteriores e reforçou o compromisso da entidade que representa: “Espero que continuemos a manter esta parceria com a Miss Activo Cup e, assim, continuar a ajudar quem precisa”.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA SOCIAL

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

UNIDADES DE SAÚDE

GESTÃO DE IMÓVEIS

ORDENADOS

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL NOVO

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

t(m. [+351] 939 729 729
t(f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

WWW.TSR.PT

tsr@tsr.pt

[facebook/tsrsi](https://facebook.com/tsrsi)

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DOS ARTISTAS DE BRAGANÇA

Casa abrigo para vítimas de violência doméstica

Um casa abrigo para vítimas de violência doméstica ambicionada há quase uma década em Bragança vai finalmente avançar numa empreitada de um milhão de euros, já adjudicada e com o início das obras previsto para setembro.

Trata-se de um projeto da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB), que acolhe o Núcleo Distrital de Apoio à vítima, o primeiro em Portugal criado no Governo Civil e que, com a extinção dos mesmos, passou para a alçada desta instituição de solidariedade.

Desde a criação do núcleo, há 10 anos, que se constatou a lacuna da falta de alojamento para acolher mulheres e crianças que têm de ser retiradas de junto dos agressores, como explicou Alcídeo Castanheira, presidente da ASMAB, que, depois de vários anos de espera e negociações, vai concretizar o projeto em parceria com a Câmara de Bragança, que cedeu o terreno, a Segurança Social e com apoio de outras entidades e privados.

A casa abrigo destina-se a acolher vítimas por períodos de meio ano a um ano e terá 30 vagas, constando do contrato de obra assinado, que deverá estar construída em 19 meses.

O valor global do investimento é de um milhão de euros, 760 mil dos quais destinados à construção, cerca de 80 mil para equipamentos, mais o IVA.

O investimento é compartilhado a 60 por cento e o restante “está garantido”, afirmou Alcídeo Castanheira.

O equipamento passará a fazer parte da rede pública de casas abrigos que conta atualmente com 36 e 600 vagas espalhadas pelo país, a maioria destinada a mulheres e crianças e



apenas uma, em Faro, para acolher homens vítimas de violência doméstica.

Em Bragança existia uma casa abrigo da Santa Casa da Misericórdia de Bragança com cinco vagas que fechou há um mês por falta de sustentabilidade, segundo a instituição.

Desde o início de 2018 que existe, no entanto, outra resposta na cidade, o acolhimento de emergência com nove vagas para aqueles casos em que as vítimas têm de ser retiradas de imediato de junto do agressor.

Esta resposta está também sob a alçada da ASMAB e o acolhimento é mais diferente e mais curto do que nas casas abrigo, para onde podem acabar por ser encaminhadas até terem condições de autonomia.

Desde que abriu, já por lá passaram 21 pessoas, 14 das quais mulheres e sete crianças, as mulheres com idades entre os 30 e os 65 anos, como indicou a técnica responsável por esta área, Teresa Fernandes.

A própria ASMAB tem feito parte do novo projeto de vida de algumas mulheres e filhos, como disse o presidente.

O Núcleo de Apoio à Vítima está envolvido em vários projetos para reforçar as respostas na região do Nordeste Transmontano, nomeadamente descentralizando os serviços em parceria com os municípios, o que já permitiu abrir atendimento em Alfândega da Fé e Torre de Moncorvo, para além de Bragança.

Através de outro projeto, o BPI Sénior, as

MEALHADA

Câmara apoia com quase 60 mil euros duas IPSS e uma coletividade

A Câmara da Mealhada aprovou na recente reunião de executivo municipal, a atribuição de 58 mil e 500 euros de subsídios a duas IPSS (instituições particulares de solidariedade social) e a uma coletividade.

De acordo com uma nota da autarquia, cerca de 35 mil euros são concedidos ao jardim-de-infância Odete Isabel, para “comparticipar a aquisição de uma viatura para o transporte de crianças das suas valências de creche” -- pré-escolar e atividades de tempos livres (ATL).

Cerca de 20 mil euros destinam-se à aquisição de uma viatura de nove lugares e de um fogão de cozinha para o Centro Social Melo Pimenta, do Luso, enquanto um subsídio de 3.500 euros é atribuído à associação recreativo-cultural Escoliadas, para apoiar o desenvolvimento do Escoliadas Júnior, “um projeto de promoção de artes junto dos alunos do primeiro Ciclo do Ensino Básico do concelho”.

COVILHÃ

Autarquia cria Centro de Inclusão Social

A Câmara Municipal da Covilhã anunciou que vai criar no antigo liceu da cidade um Centro de Inclusão Social com o intuito de promover a inovação, o empreendedorismo social e a igualdade de oportunidades.

Em comunicado, esta autarquia do distrito de Castelo Branco refere que o antigo liceu, situado na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, será alvo de restauro e reabilitação.

“No novo espaço serão instalados os serviços sociais da Câmara Municipal e um conjunto de associações de solidariedade social, de modo a impulsionar o diálogo, a cooperação e a prestação de novos serviços sociais aos cidadãos da Covilhã”, aponta a informação.

Citado na nota, o presidente da autarquia, Vítor Pereira, especifica que “este Centro de Inclusão Social pretende sensibilizar a

sociedade para a importância da inovação social, através da divulgação de novas ideias e projetos que contribuam para o desenvolvimento social da cidade”.

Segundo o município, a aprendizagem coletiva e colaborativa, ligada à criação de negócios, será um dos focos deste edifício multifuncional que quer estimular a cooperação entre a sociedade civil, os parceiros sociais e os agentes económicos.

“Integrado na Área de Reabilitação Urbana da Covilhã, o Centro de Inclusão Social é uma aposta clara da Câmara Municipal da Covilhã no desenvolvimento sustentado e na promoção de novas atividades no centro histórico da cidade, que afirmam a cidade da Covilhã como uma cidade solidária, inclusiva e inovadora”, acrescenta a informação.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



REFORMA DA ZONA EURO

A Necessidade da União Bancária

Na crónica de hoje tentarei explicar porque é a união bancária fundamental para a sobrevivência da zona euro.

O euro é um projeto político e, basicamente, foi o preço que a Alemanha teve de pagar pela reunificação.

Naturalmente que os alemães impuseram algumas condições. Entre elas o princípio de que, embora diferentes países usem a mesma moeda, em matéria de dívida soberana é cada um por si.

A ideia fundadora, que já constava do tratado de Maastricht, era a de que, em matéria de dívida soberana, não há partilha de risco, isto é, nenhum país membro da UEM poderia ser responsabilizado por dívidas de outro país membro.

O tratado de Maastricht sempre conteve uma cláusula de “no bail out” da dívida soberana da zona euro, ou seja, os investidores sabiam (ou deviam saber) que, em caso de crise na dívida de um qualquer país da UEM, estavam por sua conta.

Que tem a união bancária a ver com isto? Embora possa não parecer, tem tudo!

A verdade é que, com sistemas bancários como hoje existem, isto é, em larga medida “nacionalizados”, no sentido de terem o essencial dos seus ativos e dos seus negócios confinados aos estados nacionais onde têm a sede, a cláusula de “no bail out” simplesmente não é credível.

O sistema bancário “nacional” tende a ter nos seus ativos uma grande quantidade de dívida soberana do seu país. Não se trata de patriotismo, trata-se de uma estratégia de negócio que faz sentido. A quantidade de capital que um banco é obrigado a deter depende do tamanho e do risco dos seus ativos. A dívida soberana é atrativa deste ponto de vista dado que é considerada sem risco e, como tal, não gera necessidades de capital.

Em tempos normais a dívida do estado no balanço dos bancos não é questão de maior. O problema é quando os mercados começam a duvidar da solidez do balanço dos bancos. Os mercados intuem que se a coisa for séria com os bancos o estado terá de intervir para salvar o sistema.

Para salvar os bancos o estado tem de endividar-se. Isso implica que, tudo mais igual, as taxas de juro que o estado é forçado a pagar tendem a subir.

Quando as taxas de juro sobem o valor dos títulos que já estão emitidos perdem valor. Como os bancos têm esses títulos nos seus balanços estes, se já estavam mal, pior ficam o que reforça a necessidade do estado intervir.

Como parece evidente isto entra numa espiral de morte, num círculo vicioso de onde não é possível escapar.

Que o diga a Irlanda que, em 2011, embora tivesse entrado na crise com o mais baixo ratio dívida/PIB da UEM e tivesse uma economia forte, foi forçada a resgatar um sistema financeiro em colapso e, em pouco tempo, ficou sem acesso aos mercados.

A regra de cada um por si não é credível se a reestruturação da dívida soberana de um país implicar a implosão do respetivo sistema financeiro local e potenciais efeitos de contágio que ponham em causa o sistema financeiro como um todo da UEM. Talvez a UEM sobrevivesse a um sistema financeiro português em cacos. Mas seria assim se o contágio chegasse aos grandes bancos franceses?

Voltámos a esta dura realidade recentemente com a formação do novo governo de Itália. O receio sobre a solvabilidade da dívida soberana italiana levou a que as ações dos bancos italianos caíssem a pique (alguns deles são credores do estado italiano em muitos biliões de euros), mas, ao mesmo tempo, todo o sistema financeiro europeu, incluindo as grandes seguradoras, veio por aí abaixo por duas razões – risco de contágio e risco direto porque todos os grandes bancos e seguradoras da UEM são também credores em escala não despreciable do soberano de Itália.

Resumindo: a credibilidade da regra de cada um por si implica quebrar a espiral de morte que junta a dívida soberana ao sistema bancário, ou seja, a coisa resolve-se no dia em que os investidores acreditarem que os males do sistema financeiro “local” não implicam necessariamente o colapso financeiro do estado.

É para isto que a união bancária (UB) é necessária.

Uma das bases da UB é um sistema de supervisão dos bancos comum. Os investidores querem estar tranquilos de que, independentemente do país de origem do banco, a qualidade e segurança do seu balanço é analisada pelos mesmos métodos e com o mesmo grau de competência e finura por uma entidade independente dos estados nacionais. Esse passo já foi dado e hoje os principais bancos europeus são supervisionados pelos BCE.

Depois é necessário garantir que o custo financeiro da resolução dos bancos não vai cair em cima dos estados nacionais. Isso implica duas coisas: por um lado regras de resolução comuns e, por outro, um fundo supranacional que pague os eventuais custos da resolução. Também esse passo já foi dado, contudo, a capitalização do fundo europeu vai levar ainda

algum tempo.

O fundo pode não ter capital suficiente para suprir os custos financeiros da resolução dos bancos pelo que pode ser necessário criar um sistema de respaldo, isto é, um processo de financiamento do fundo que não obrigue os estados nacionais a endividar-se para financiar o sistema.

Há ainda a questão dos depósitos. Os depósitos estão seguros até determinada quantia, em geral cem mil euros, através de um fundo de garantia. Se o fundo não tiver capital suficiente o estado pode ser chamado a intervir. Mais uma vez o ideal seria que os estados nacionais não tivessem esse encargo o que seria conseguido se o sistema de seguro dos depósitos fosse uma estrutura supranacional e não constituísse uma responsabilidade dos estados nacionais.

A cimeira europeia de Junho tomou decisões importantes sobre estes dois passos.

Também seria positivo que os bancos reduzissem a sua exposição a dívida soberana. Uma forma de o fazer seria alterar as regras que permitem os bancos investir em dívida pública sem pôr capital de lado. Um outro modelo, menos radical, seria penalizar não a dívida pública em si, mas antes a excessiva concentração em dívida do próprio país.

Talvez haja uma solução ainda mais ambiciosa. Os bancos gostam da dívida pública porque não consome capital, mas também porque é o ativo seguro por excelência. Se for possível oferecer aos bancos um ativo seguro e líquido alternativo, provavelmente, a detenção de dívida soberana direta tenderá a cair.

A solução óbvia para criar um mercado de dívida líquido, profundo e de grande dimensão na Europa seria mutualizar a dívida soberana, as famosas eurobonds. As eurobonds poderiam ser o ativo seguro europeu transnacional.

Mas todos sabemos como isso não é politicamente vendável. Neste caso, provavelmente, nem mesmo no espaço de uma geração haverá abertura para um tal resultado.

A questão está em saber se podemos criar um sucedâneo. Talvez!

Espero pelo menos ter demonstrado como a UB é um processo longo e extremamente complexo. Alguns passos estão dados, mas falta ainda um longo caminho.

Estas e outras coisas veremos com mais detalhe na próxima crónica.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Em tempo de férias...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Aumentou número de trabalhadores a auferir SMN

O número de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo nacional (SMN) aumentou para cerca de 764,2 mil em março, mais 4,2% face ao período homólogo, avançou o Ministério do Trabalho.

“Ainda que o número de trabalhadores abrangidos pelo SMN tenha aumentado para cerca de 764,2 mil em março de 2018 [com um acréscimo de 4,2% em termos homólogos], a percentagem de trabalhadores abrangidos pelo SMN foi de 22,9% em março deste ano, sem alteração face ao mesmo mês do ano passado”, disse, em comunicado, o Ministério.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento do Acordo sobre a Retribuição Mínima Mensal Garantida, no período de referência, por grupo etário, a incidência do SMN nos jovens fixou-se em 30%, em comparação com os 30,6% registados em março de 2017.

Por sua vez, entre os trabalhadores dos 25 aos 29 anos, a incidência recuou de 24% em março de 2017 para 23,6% em março de 2018, e nos adultos (que representam 82% dos trabalhadores com remuneração declarada) registou-se um ligeiro aumento, passando de 22,1% para 22,2%.

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social referiu, em Lisboa, que a evolução do salário mínimo tem sido acompanhada por uma “forte criação” de emprego e frisou que os restantes escalões remuneratórios também evoluíram positivamente.

“A evolução do salário mínimo tem sido acompanhada por uma forte criação de emprego. Ao contrário dos anos anteriores, este aumento não provocou um aumento da percentagem de trabalhadores a receber o salário mínimo”, disse Vieira da Silva, após a reunião

de concertação social, na qual foi apresentado o 9.º Relatório de Acompanhamento do Acordo sobre a Retribuição Mínima Mensal Garantida.

O governante referiu ainda que o crescimento salarial noutros escalões também “foi significativo”, acrescentando que esta realidade contraria as críticas à subida do salário mínimo, nomeadamente, de que iria “comprimir os outros salários”.

Já sobre as tendências da política de vistos, outro ponto da ordem de trabalhos, Vieira da Silva explicou que foi apresentado o sistema e as melhorias que o Ministério dos Negócios Estrangeiros está a introduzir, de forma a garantir que o processo decorre de forma mais controlada.

O ministro do Trabalho adiantou que vão seguir-se reuniões com os parceiros sociais para “divulgar de forma mais completa a legislação”.

João Vieira Lopes, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), considerou que o número de trabalhadores a auferir o salário mínimo “continua bastante alto” e que a inflação “está estável”, frisando que, mais tarde, a CCP irá apresentar uma posição mais completa sobre os números apresentados, de forma a não criar para já “falsas expectativas”.

Por sua vez, o líder da CGTP, Arménio Carlos, disse que o relatório apresentado vem confirmar que o número de trabalhadores a receber o salário mínimo continua a ser “muito significativo”, quando, há

cerca de seis anos, este era “de apenas 11%”.

“É importante que o salário mínimo continue a evoluir, mas também os outros salários evoluam, de forma a haver uma mais justa distribuição da riqueza”, vincou.

O presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Eduardo Oliveira e Sousa, mostrou-se “aprensivo” em relação aos dados apresentados e sublinhou que os mesmos ainda vão ser trabalhados para, mais tarde, serem apresentadas aos parceiros sociais medidas para “dinamizar mais a economia”.

Sobre a questão dos vistos, o responsável referiu que os trabalhadores internacionais, particularmente os que prestam serviços na agricultura sazonal atravessam um período de “grande crise” e que a mão-de-obra no setor agrícola é “bastante carente”.

Por último, Paula Bernardo, da UGT, disse que o relatório de acompanhamento confirma a posição que a central sindical havia defendido de que “não seria nunca o aumento do salário mínimo a provocar a queda da economia”.

A Confederação Empresarial de Portugal não prestou declarações à saída do encontro.

Esta foi a última reunião de concertação social antes de se iniciar o período de férias.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL